



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SERGIPE**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2012

**ARACAJU
ANO 2013**



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SERGIPE – SFA/SE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do Exercício de 2012, apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e a Portaria TCU nº 150/2012.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO (SPA/SFA-SE)**

**ARACAJU/SE
ANO 2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE 1	12
1.1 Relatório de Gestão Individual	12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos	15
1.4.1 Macroprocesso Finalístico: Defesa Agropecuária	15
1.4.1.1 Processo Finalístico: Defesa Animal	15
1.4.1.2 Processo Finalístico: Fiscalização Agropecuária	15
1.4.1.3 Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Animal	15
1.4.1.4 Processo Finalístico: Vigilância Agropecuária	15
1.4.1.5 Processo Finalístico: Defesa Vegetal	16
1.4.1.6 Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Vegetal	16
1.4.1.7 Processo Finalístico: Classificação Vegetal	16
1.4.2 Macroprocesso Finalístico: Política e Desenvolvimento Agropecuário	16
1.4.3 Resultados Diretos	17
1.4.4 Resultados Indiretos	17
1.4.5 Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa	18
1.5 Macroprocessos de Apoio	19
1.5.1 Macroprocesso de Administração Interna – Contabilidade Pública	19
1.5.2 Macroprocesso de Administração Interna – Administração de Pessoal	19
1.5.3 Macroprocesso de Administração Interna – Logística e Serviços Gerais	19
1.5.4 Macroprocesso de Administração Interna – Interação com a sociedade.....	20
1.6 Principais Parceiros	21
PARTE 2	22
2.1 Planejamento das Ações	22
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	23
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	23
2.4 Indicadores	28
2.4.1 Resultados dos Indicadores Operacionais	28
2.4.1.1 Defesa Animal	28
2.4.1.2 Defesa Vegetal	28
2.4.1.3 Fiscalização Agropecuária	29
2.4.1.4 Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Animal	29
2.4.1.5 Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	29
2.4.1.6 Classificação e Padronização de Produtos Vegetais	30
2.4.1.7 Vigilância Agropecuária no Estado	30
2.4.2 Resultados dos Indicadores da Gestão Estratégica	31
2.4.2.1 Resultado Estratégico (R1)	31
2.4.2.2 Resultado Estratégico (R2)	32

2.4.2.3 Resultado Estratégico (R3)	32
2.4.2.4 Resultado Estratégico (R4)	33
2.4.2.5 Resultado Estratégico (R5)	33
2.4.2.6 Resultado Estratégico (R6)	34
PARTE 3	35
3.1 Estrutura de Governança	35
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	35
3.3 Sistema de Correição	37
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	37
PARTE 4	38
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade	38
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos	38
4.1.1.1 Programa Temático do PPA – 2014	38
4.1.1.2 Programa Temático do PPA – 2028	38
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos	40
4.1.2.1 Objetivo de Programa Temático 0744	40
4.1.2.2 Objetivo de Programa Temático 0747	40
4.1.2.3 Objetivo de Programa Temático 0364	41
4.1.2.4 Objetivo Programa Temático 0368	42
4.1.2.5 Objetivo Programa Temático 0570	43
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos	44
4.1.3.1 Iniciativas de Programa Temático 02x3	44
4.1.3.2 Iniciativas de Programa Temático 02xh	44
4.1.3.4 Iniciativas de Programa Temático 012h	45
4.1.3.3 Iniciativas de Programa Temático 02x1	45
4.1.3.5 Iniciativas de Programa Temático 012i	46
4.1.3.6 Iniciativas de Programa Temático 013e	46
4.1.3.7 Iniciativas de Programa Temático 013f	47
4.1.3.8 Iniciativas de Programa Temático 013h	47
4.1.3.9 Iniciativas de Programa Temático 0278	48
4.1.3.10 Iniciativas de Programa Temático 0279	48
4.1.3.11 Iniciativas de Programa Temático 027a	49
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade	49
4.1.4.1 Ação 2B17	49
4.1.4.2 Ação 2177	50
4.1.4.3 Ação 4720	51
4.1.4.4 Ação 2014	51
4.1.4.5 Ação 2134	52
4.1.4.6 Ação 8572	53
4.1.4.7 Ação 4738	53
4.1.4.8 Ação 4842	54
4.1.4.9 Ação 8658	55

4.1.4.10 Ação 2141	56
4.1.4.11 Ação 2179	57
4.1.4.12 Ação 2019	59
4.1.4.13 Ação 2124	60
4.1.4.14 Ação 2140	61
4.1.4.15 Ação 4745	62
4.1.4.16 Ação 4746	63
4.1.4.17 Ação 8938	64
4.1.4.18 Ação 8939	65
4.1.4.19 Ação 2180	66
4.1.4.20 Ação 2181	67
4.1.5 Produtos Gerados	67
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	69
4.2.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	69
4.2.2 Execução Orçamentária da Despesa	69
4.2.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação	69
4.2.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação ..	69
4.2.2.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	70
PARTE 5	71
5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	71
5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	71
5.2 Transferências de Recursos	72
5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	72
5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	74
5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes	74
5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	74
5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	75
5.3 Suprimento de Fundos	76
5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	76
5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	76
5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	76
5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo	77
5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	77
PARTE 6	78
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	78
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição	78
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva	78
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	79
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade	79

6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade	79
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal	80
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	81
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	81
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas	81
6.1.5	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	81
6.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	81
6.1.5.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	82
6.1.5.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	82
6.1.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	83
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	84
6.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ..	84
6.2.2	Composição do Quadro de Estagiários	84
6.2.3	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	84
PARTE 7	85
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	85
7.1.1	Relatório de Custo Operacional de Veículos (2012)	86
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	87
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	87
7.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	87
PARTE 8	89
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	89
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	90
PARTE 9	91
9.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	91
9.1.1	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	91
9.1.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	95
9.2	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	97
9.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	97
9.3	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	98
PARTE 10	99
10.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	99
10.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	99

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro 2 – Plano de Metas das Ações da SFA/SE – Exercício/2012	24
Quadro 3 – Plano de Metas das Ações da SFA/SE – Exercício/2012	25
Quadro 4 – Plano de Metas das Ações da SFA/SE – Exercício/2012	26
Quadro 5 – Plano de Metas das Ações da SFA/SE – Exercício/2012	27
Quadro 6 – Macroprocesso de Defesa Animal	28
Quadro 7 – Macroprocesso de Defesa Vegetal	28
Quadro 8 – Macroprocesso de Fiscalização Agropecuária	29
Quadro 9 – Macroprocesso de Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Animal	29
Quadro 10 – Macroprocesso de Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	29
Quadro 11 – Macroprocesso de Classificação e Padronização de Produtos Vegetais	30
Quadro 12 – Macroprocesso de Vigilância Agropecuária no Estado	30
Quadro 13 – Porcentagem de bovinos e a área total reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa	31
Quadro 14 – Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação	31
Quadro 15 – Índice de Conformidade de Material Genético Animal	32
Quadro 16 – Índice de Conformidade de Produtos de Alimentação Animal	32
Quadro 17 – Índice de Conformidade de Produto de Uso Veterinário	32
Quadro 18 – Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal (SIF)	32
Quadro 19 – Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal	33
Quadro 20 – Índice de Conformidade dos fertilizantes	33
Quadro 21 – Índice de Conformidade de Sementes e Mudas	33
Quadro 22 – Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação	34
Quadro 23.1 – Avaliação do sistema de controles internos	35
Quadro 23.2 – Avaliação do sistema de controles internos	36
Quadro 24 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	38
Quadro 25 – Defesa Agropecuária	38
Quadro 26 – Objetivo de Programa Temático 0744	40
Quadro 27 – Objetivo de Programa Temático 0747	40
Quadro 28 – Objetivo de Programa Temático 0364	41
Quadro 29 – Objetivo de Programa Temático 0368	42
Quadro 30 – Objetivo de Programa Temático 0570	43
Quadro 31 – Iniciativas de Programa Temático 02x3	44
Quadro 32 – Iniciativas de Programa Temático 02xh	44
Quadro 33 – Iniciativas de Programa Temático 02x1	45
Quadro 34 – Iniciativas de Programa Temático 012h	45
Quadro 35 – Iniciativas de Programa Temático 012i	46
Quadro 36 – Iniciativas de Programa Temático 013e	46
Quadro 37 – Iniciativas de Programa Temático 013f	47
Quadro 38 – Iniciativas de Programa Temático 013h	47
Quadro 39 – Iniciativas de Programa Temático 0278	48
Quadro 40 – Iniciativas de Programa Temático 0279	48

Quadro 41 – Iniciativas de Programa Temático 027a	49
Quadro 42 – FISCONTRATO	49
Quadro 43 – FISCAGRIC1	50
Quadro 44 – CERTORGAN1	51
Quadro 45 – DESENORG	51
Quadro 46 – VIGIFITO1	52
Quadro 47 – PCEVEGETAL	53
Quadro 48 – ERRADMOSCA	53
Quadro 49 – FEBREAFTOS	54
Quadro 50 – PCEANIMAL	55
Quadro 51 – Procedimentos Executados da Ação 8658	56
Quadro 52 – FISFECOI	55
Quadro 53 – Procedimentos Executados pela Ação 2141	57
Quadro 54 – FISCALSEM1	57
Quadro 55 – Procedimentos Executados pela Ação 2179	58
Quadro 56 – FISCGENE	59
Quadro 57 – FISCINAN	60
Quadro 58 – Procedimentos Executados pela Ação 2124	61
Quadro 59 – FISPROVET1	61
Quadro 60 – Procedimentos Executados pela Ação 2140	62
Quadro 61 – FISCORGEN	62
Quadro 62 – Procedimento executados pela Ação 4745	63
Quadro 63 – PADCLASSIF	63
Quadro 64 – INSPANIMAL3	64
Quadro 65 – Procedimento executados pela Ação 8938	65
Quadro 66 – IPVEGETAL	65
Quadro 67 – Procedimento executados pela Ação 8939	66
Quadro 68 – FISCPLANTA	66
Quadro 69 – FISCANIMAL	67
Quadro 70 – Produtos Gerados	68
Quadro 71 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	69
Quadro 72 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação	69
Quadro 73 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	70
Quadro 74 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	71
Quadro 75.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	72
Quadro 75.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	73
Quadro 76 – Resumo dos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios	74
Quadro 77 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	74
Quadro 78 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	74
Quadro 79 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse ..	75
Quadro 80 – Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	76
Quadro 81 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por Portador	76

Quadro 82 – Despesas realizadas por meio da conta Tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo ..	77
Quadro 83 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	77
Quadro 84 – Força de Trabalho	78
Quadro 85 – Situações que reduzem a força de trabalho	78
Quadro 86 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	79
Quadro 87 – Quantidade de servidores por faixa etária	79
Quadro 88 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade	79
Quadro 89 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	80
Quadro 90 – Composição do quadro de servidores inativos	81
Quadro 91 – Instituidores de pensão	81
Quadro 92 – Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	81
Quadro 93 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	82
Quadro 94 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	82
Quadro 95 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	82
Quadro 96 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	82
Quadro 97 – Indicadores de Recursos Humanos	83
Quadro 98 – Indicadores de Recursos Humanos	83
Quadro 99 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	84
Quadro 100 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	84
Quadro 101 – Composição do quadro de estagiários	84
Quadro 102 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	87
Quadro 103 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União	87
Quadro 104 – Bens Imóveis em Processo de Reversão	88
Quadro 105 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	89
Quadro 106 – Consumo de papel, energia elétrica e água	90
Quadro 107 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	91
Quadro 108 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	91
Quadro 109 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	92
Quadro 110 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	92
Quadro 111 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	93
Quadro 112 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	93
Quadro 113 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	94
Quadro 114 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	94
Quadro 115 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	95
Quadro 116 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício	95
Quadro 117 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício	96
Quadro 118 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício	96
Quadro 119 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício	97
Quadro 120 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores, da obrigação de entregar a DBR	97
Quadro 121 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	98
Quadro 122 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial	99

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIE – Anemia Infecciosa Equina	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BSCB – Balanced Scorecard	OCI – Órgão de Controle Interno
BBPF – Boas Práticas de Fabricação	OGM – Organismos Geneticamente Modificados
CGU – Controladoria Geral da União	OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
CJU/SE – Consultoria Jurídica da União da Advocacia Geral da União em Sergipe	PADCLASSIF – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas	PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	PI – Plano Interno
CPOrg/SE – Comissão da Produção Orgânica do Estado de Sergipe	PNCRC – Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
CFO – Certificação Fitossanitária de Origem.	PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia espongiforme Bovina
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do estado de Sergipe	PNSS – Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
ERRADMOSCA – Erradicação da Mosca da Carambola	PNSAA – Programa de Controle e Erradicação das Doenças dos Animais Aquáticos
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	PNESCO – Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos	PNSE – Programa de Controle e Erradicação das Doenças dos Equinos
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças	POA – Plano Operativo Anual
FISCINAN – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal	PPA – Plano Plurianual
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	PTV – Permissão de Trânsito de Vegetais
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	SFA/SE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
FISPROVET – Fiscalização de Produtos Veterinários	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FISPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos	SIAPE – Sistema Integrado de Administração Recursos Humanos
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	SIASS – Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Vegetal	SIF – Sistema de Inspeção Federal
LOA – Lei orçamentária Anual	SIPLAN – Sistema de Integrado de Planejamento
	SISA – Sistema de Inspeção e Saúde Animal
	SUASA – Sistema de Único de Saúde Animal

INTRODUÇÃO

O relatório foi elaborado seguindo as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 119/2012/TCU e das Portarias nº 2.546/2010/CGU e 150/2012/TCU e visa demonstrar de forma clara e objetiva o desempenho da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe (SFA/SE) durante o exercício de 2012.

O texto trata das ações de suporte ao agronegócio inseridas nos programas de governo definidos pelo Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As ações apresentadas foram executadas por esta unidade e contribuíram para a performance do objetivo estratégico do Órgão Central.

No relatório, a superintendência descreve as atividades relativas à 21 (vinte e uma) ações finalísticas do PPA 2012/2015. As metas previstas foram atingidas em 95% destas ações, principalmente no que concerne a eficácia na execução, tendo como conseqüência um resultado altamente favorável e algumas realizações que agregam valor a gestão da unidade.

No mês de abril de 2012, a unidade promoveu o Seminário de Avaliação Técnico Administrativo, onde cada coordenador estadual de ação apresentou as atividades desenvolvidas no exercício de 2011 e o planejamento para o exercício de 2012, inclusive demonstrando suas metas físicas e financeiras e o objetivo a ser alcançado.

Periodicamente a superintendência realiza a avaliação estratégica com os coordenadores estaduais das ações inseridas no Plano Operativo Anual (POA) e analisa os indicadores referentes aos resultados do planejamento estratégico.

Apresentamos abaixo os itens do Anexo II da Decisão Normativa nº 119/2012 que não se aplicam à realidade da unidade, apresentando os motivos da não aplicação e os que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, foram declarados no exercício de referência por não existir conteúdo a ser declarado.

	ITEM	Justificativa
UM	1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado; 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado; 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.	Não se Aplicam, pois conforme definição da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 do TCU, a SFA/SE deverá apresentar o relatório do gestor individual.
TRÊS	3.3 Remuneração paga aos administradores 3.3.1 Política de remuneração mensal de membros de conselhos 3.3.2 Demonstrativo de remuneração mensal de membros do conselho 3.3.3 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos 3.3.4 Demonstrativo da remuneração variável dos administradores	A SFA/SE é parte da administração direta. Os itens propostos tratam de dados referentes a empresas estatais.
QUATRO	4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade	Não se aplica à realidade da SFA/SE
	4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias 4.2.2 Programação de Despesas 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	A SFA/Se não é unidade orçamentária. Apenas recebe recursos para execução.
	4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	O ministério realiza a movimentação de créditos orçamentários entre unidades gestoras por meio de descentralização interna.
	5.1 Reconhecimento de passivo 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 5.1.2 Análise Crítica	A SFA/SE não reconheceu passivo por insuficiência de créditos ou recursos.
CINCO	5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	A SFA/SE não concede suprimento de fundo baseado no conceito de Conta Tipo ‘B’.

	<p>5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ</p> <p>5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ</p> <p>5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida</p> <p>5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física</p> <p>5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica</p> <p>5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária</p> <p>5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas</p> <p>5.5.7 Comunicações à RFB</p> <p>5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas</p> <p>5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal</p> <p>5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB</p>	<p>A SFA/SE não tem competência para conceder benefícios de natureza tributária. Ou seja, não existem medidas de compensação ou contrapartida adotadas para renúncias tributárias.</p>
	<p>5.6 Gestão de Precatórios</p> <p>5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta</p> <p>5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta</p> <p>5.6.3 Análise Crítica</p>	<p>Não faz parte das competências da SFA/SE gerenciar requisições judiciais de pagamento em face de condenação da fazenda pública.</p>
SEIS	<p>6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</p> <p>6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</p>	<p>Os controles são realizados pelo Ministério do Planejamento. No exercício de 2012, não foram recebidas de notificações sobre servidores em situação irregular.</p>
	<p>6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</p> <p>6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público</p>	<p>A SFA/SE não possui contrato de terceirização de mão de obra cujo objeto coincida com as atividades do plano de cargos do ministério.</p>
	<p>6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</p>	<p>Durante o ano de 2012 não foi autorizada a realização de concurso público.</p>
SETE	<p>7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</p>	<p>Não se Aplica, pois a SFA/SE não efetiva contratos de locação de imóveis.</p>
OITO	<p>8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)</p>	<p>Não se aplica, pois todas as atividades do referido item são realizadas pela administração central.</p>
DEZ	<p>10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício</p> <p>10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</p>	<p>A SFA/SE não foi objeto de deliberações do TCU.</p>
	<p>10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna</p>	<p>A SFA/SE não possui na sua estrutura organizacional Unidade de Controle Interno</p>

RELATORIO DE GESTÃO - PARTE 1

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 - Identificação – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento	
Denominação Abreviada: SFA/SE	
Código SIORG: 002817	Código LOA: -
Código SIAFI: 130028	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: órgão público	CNPJ: 00.396.895/0023-30
Principal Atividade: Administração pública em geral	Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(079) 3712-8000 (079) 3712-8003
Endereço Eletrônico: gab-se@agricultura.gov.br	
Página na Internet: www.agricultura.gov.br	
Endereço Postal: Avenida Dr. Carlos Firpo, nº 428, Bairro Industrial. CEP 49065-310. Aracaju/SE.	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
<p>Lei Delegada nº 9/1962 - Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências;</p> <p>Medida Provisória 2216-37/2001 - Altera a denominação da pasta para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);</p> <p>Lei nº 10.683/2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</p>	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<p>Decreto nº 7.127/2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências;</p> <p>Portaria MAPA nº 428/2010 - Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
-	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
130028	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130028	00001

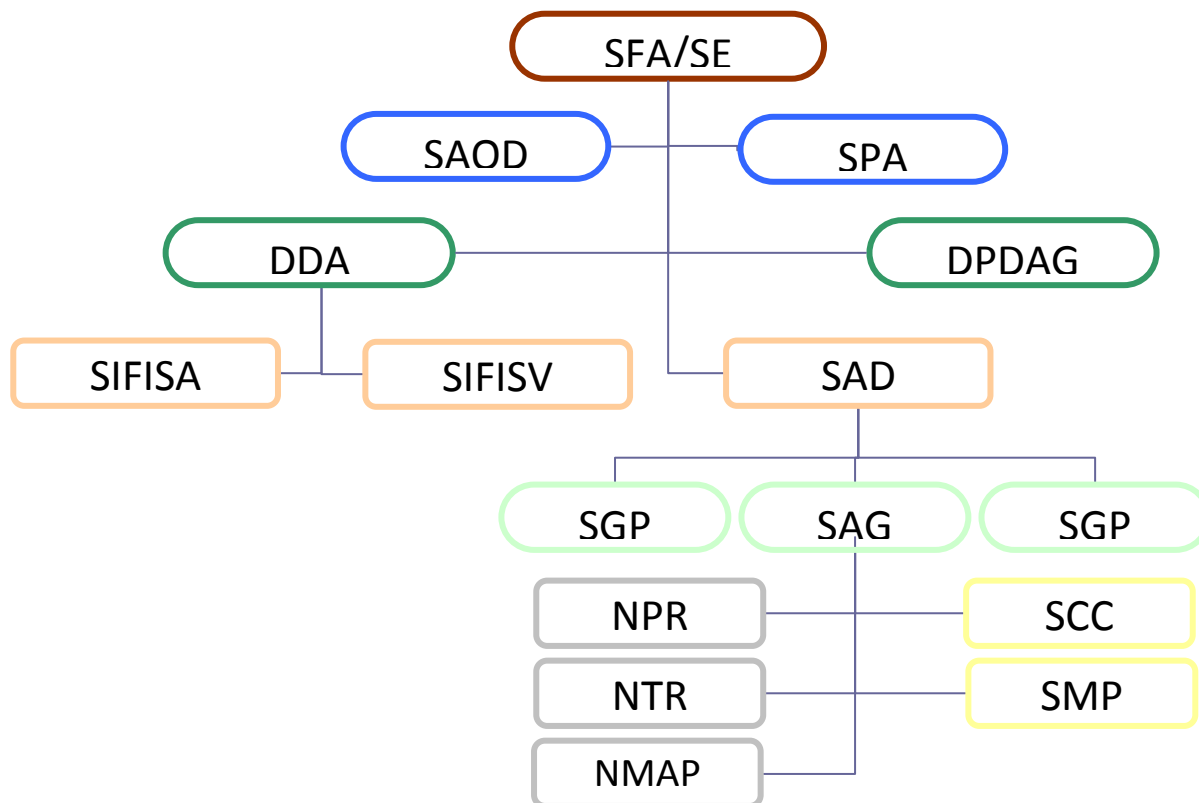
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Competências institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura;
- mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;
- informação agrícola;
- defesa sanitária animal e vegetal;
- fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;
- classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;
- proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;
- meteorologia e climatologia;
- cooperativismo e associativismo rural;
- energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;
- assistência técnica e extensão rural;
- política relativa ao café, açúcar e álcool;
- planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.

A Superintendência tem como missão “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”. Tem a responsabilidade de executar os programas de governo direcionados às atividades agropecuárias, tendo como objetivo garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

1.3 Organograma Funcional



LEGENDA

- SPA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
- SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
- DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
- SIFISA - Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
- SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
- DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
- SAD - Serviço de Apoio Administrativo
- SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- SGP - Seção de Gestão de Pessoas
- SAG - Seção de Atividades Gerais
- NTR - Núcleo de Transporte
- NPR - Núcleo de Protocolo
- NMAP - Núcleo de Manutenção Predial

LEGENDA

- ASSESSORAMENTO
- DIVISÃO
- SERVIÇO
- SEÇÃO
- SETOR
- NÚCLEO

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Através da fiscalização agropecuária e da vigilância fitozoossanitária garante a qualidade dos insumos agropecuários e promove a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco. Apontamos a seguir, os principais macroprocessos que a Superintendência define como primordiais para alcançar a sua missão estratégica:

1.4.1 Macroprocesso Finalístico: Defesa Agropecuária

1.4.1.1 Processo Finalístico: Defesa Animal

As ações são fundamentais para o controle dos riscos de toda cadeia alimentar assegurando o bem estar animal e tornando possível a oferta de alimentos seguros. A superintendência trabalha com programas de controle interno e a fiscalização para identificação de doenças animais, além de vários outros procedimentos como: fiscalização, investigação, supervisão, avaliação e auditoria.

Com auxílio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), através do convênio de Defesa Animal, foram realizadas ações que resultaram no controle da sanidade animal no estado de Sergipe, especialmente na erradicação da febre aftosa.

1.4.1.2 Processo Finalístico: Fiscalização Agropecuária

Exerce o controle na execução das atividades de fiscalização das empresas agropecuárias que comercializam insumos e serviços utilizados por agricultores e pecuaristas. Fiscaliza estabelecimentos que produzem e comercializam mudas, sementes, fertilizantes (adubos químicos e orgânicos), corretivos e inoculantes, produtos para alimentação animal (rações) e medicamentos veterinários. Controla ainda o trânsito internacional de agrotóxicos e seus componentes.

Entre outras atribuições, também é responsável por emitir parecer autorizando a importação ou exportação de sêmen animal, sementes, mudas, ou plantas matrizes. Dentro do processo identificamos vários subprocessos como: Registro de Produtos, Registro de Estabelecimento, Coleta de Amostras, Emissão de Auto de Infração, Relatoria de Auto de Infração, Apreensão de produtos, Emissão de Termo de Vistoria, Emissão de Termo de Fiscalização e Análise de Resultado Laboratorial.

1.4.1.3 Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Animal

Atua executando ações de inspeção, higiene sanitária e tecnologia de estabelecimentos que industrializam, manipulam, beneficiam, acondicionam e armazenam produtos e derivados de origem animal. Abrange o comércio interestadual e internacional, assim como, as atividades de inspeção e análise de projetos de construção de instalações e equipamentos, que se destinam a estabelecimentos, que comercializam ou processam produtos e derivados de origem animal.

Exerce a fiscalização do comércio varejista e atacadista de produtos sifados, emite Laudos de Vistoria Técnica, Registro de Não Conformidade, Auto de Infração e Certificado de Liberação de Importação (LI), além de combater à fraude, da carne bovina, do frango, do leite e derivados. Acima de tudo preservando a Saúde Pública e a Segurança Alimentar.

A aplicação da legislação para os estabelecimentos que detêm o Serviço de Inspeção Federal (SIF) permitiu que as indústrias alimentícia de produtos de origem animal ofertassem alimentos dentro das normas estabelecidas, garantindo padrão na qualidade e a segurança alimentar.

1.4.1.4 Processo Finalístico: Vigilância Agropecuária

Atua na fiscalização do trânsito internacional de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, exercendo uma ação de importância fundamental para o controle da entrada e

saída desses produtos nos portos, aeroportos e nas fronteiras onde estão instalados os Postos de Vigilância Agropecuária (PVA).

As barreiras sanitárias constituem importante fator de proteção para o setor agropecuário nacional, garantindo a manutenção da sanidade das plantas e animais através da fiscalização em portos e aeroportos.

1.4.1.5 Processo Finalístico: Defesa Vegetal

As ações destinam-se principalmente à erradicação de pragas e evitar a disseminação de doenças que atacam as lavouras que, uma vez estabelecidas, podem causar danos irreparáveis à cadeia produtiva. Trabalha com fiscalização do trânsito de vegetais, partes de vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados. Supervisiona barreiras fixas e móveis e emite a Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) e a Certificação Fitossanitária de Origem (CFO). É responsável ainda por pareceres técnicos de convênio e relatório de auto de infração.

Destaca-se como principal resultado alcançado no ano de 2012, a ausência de registros de introdução de pragas quarentenárias, mantendo principalmente, a citricultura sergipana de livres de pragas quarentenárias.

A conquista maior foi conscientização dos produtores para o cumprimento da Resolução Normativa nº 4/2007/CTNBio, que determina a distância mínima obrigatória para coexistência entre a lavoura de milho geneticamente modificado e a lavoura de milho convencional.

Com esse intuito foram feitas reuniões com as revendas de semente e empresas produtoras de semente geneticamente modificadas e realizadas fiscalizações, por amostragem, em agricultores que plantaram milho geneticamente modificado visando verificar o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores.

O rigor na fiscalização contribuiu para melhorar a qualidade dos fertilizantes inoculantes e corretivos, inibindo práticas irregulares que prejudicam os agricultores. A fiscalização rigorosa permitiu superar em 5,8% a meta programada para 2012. Através de reuniões e combate aos produtores clandestinos, mantivemos o padrão de qualidade de sementes e mudas, principalmente, quanto a citricultura do Estado.

1.4.1.6 Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Vegetal

Atua executando ações de inspeção/fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais, especialmente de bebidas e vinagres. Como resultado de suas atividades são emitidos Laudos de Vistoria Técnica em Estabelecimento Fabricante e análise de resultados laboratorial. Com a superação da meta prevista, o impacto para os produtores foi a garantia da manutenção do padrão de qualidade para os produtos de uso veterinário, evitando-se a fraude comercial.

1.4.1.7 Processo Finalístico: Classificação Vegetal

Atua executando ações de inspeção/fiscalização e certifica a identidade e a qualidade dos produtos vegetais, fiscalizando estabelecimentos que preparam, embalam e comercializam produtos destinados ao consumo humano. Complementam as atividades do macroprocesso, a fiscalização do comércio varejista e atacadista e o certificado de liberação de importação.

1.4.2 Macroprocesso Finalístico: Política e Desenvolvimento Agropecuário

Promove e acompanha as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio, do pequeno ao grande produtor. Suas atividades englobam a elaboração, coordenação e acompanhamento das ações que permitam agilizar programas de estímulo a produtores e consumidores através do cooperativismo e associativismo rural, crédito rural, agroenergia, fomento a agricultura orgânica, agroindustrial e agroflorestal. Executa ações que contribuem para a sustentabilidade no crescimento do meio rural.

Durante o ano foi feito um levantamento da quantidade e a localização dos produtores orgânicos do Estado que não tinham acesso a certificação. Foram cadastrados 11 (onze) Organizações de Controle Social (OCS) constituídas com um total de 185 agricultores familiares credenciados e inseridas na forma legal de produtores orgânicos.

Em suma, durante o ano de 2012, a Superintendência, alinhada ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, executou 02 (dois) Programas, 05 (cinco) Objetivos de programas, 13 (treze) Iniciativas vinculadas aos objetivos de programas do plano plurianual e 21 ações ligadas as iniciativas demandadas pela sociedade, dando sua parcela de contribuição para a execução e construção da gestão estratégica e ao alcance da missão do MAPA.

Para cada ação, a Superintendência elaborou o Plano Operativo Anual (POA), onde estão definidas as metas física e financeira para medir o desempenho das ações utilizou indicadores alinhados aos princípios básicos da administração pública como: eficácia, eficiência e efetividade. São itens do POA, a equipe de trabalho, a abrangência do desenvolvimento da ação, a relação de estabelecimentos a serem fiscalizados e as metas físicas/financeiras do processo principal e dos subprocessos de cada ação.

Diante dos resultados do Plano de Metas e dos indicadores operacionais e da gestão estratégica, explicitados posteriormente, fica claro que o desempenho da unidade no exercício foi satisfatório, superando na íntegra o seu plano de metas com impacto direto no objetivo estratégico. Apontamos os seguintes resultados:

1.4.3 Resultados Diretos

- a. Manutenção da Sanidade Vegetal, Prevenção e Controle de Pragas no Estado;
- b. Manutenção da Sanidade Animal, Prevenção e Controle de Doenças no Estado;
- c. Levantamento e Diagnóstico do Número e Localização dos Produtores Orgânicos do Estado;
- d. Produtores Orgânicos mais Conscientes;
- e. Conscientização dos Produtores para o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, para o Plantio dos Organismos Geneticamente Modificados;
- f. Ausência de Registros de Introdução de Pragas Quarentenárias no Estado;
- g. Diminuição na Oferta de Sementes e Mudas Clandestina no Estado;
- h. Melhoramento no Padrão de Qualidade dos Produtos destinados à Alimentação Animal;
- i. Oferta de Alimentos de Origem Animal dentro dos padrões e normas que garante a segurança alimentar;
- j. Garantia da Manutenção do Padrão de Qualidade dos Produtos de uso Veterinário;
- k. Combater a Fraude Comercial para o Consumidor;
- l. Controle na Aplicação dos Agrotóxicos em Aeronaves.

1.4.4 Resultados Indiretos

- a. Apesar da seca foi mantido o patamar de produção de grãos do Estado;
- b. Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado;
- c. Status de Zona Livre das Principais Pragas Quarentenárias do Estado;
- d. Manutenção da Produção de Citros do Estado.

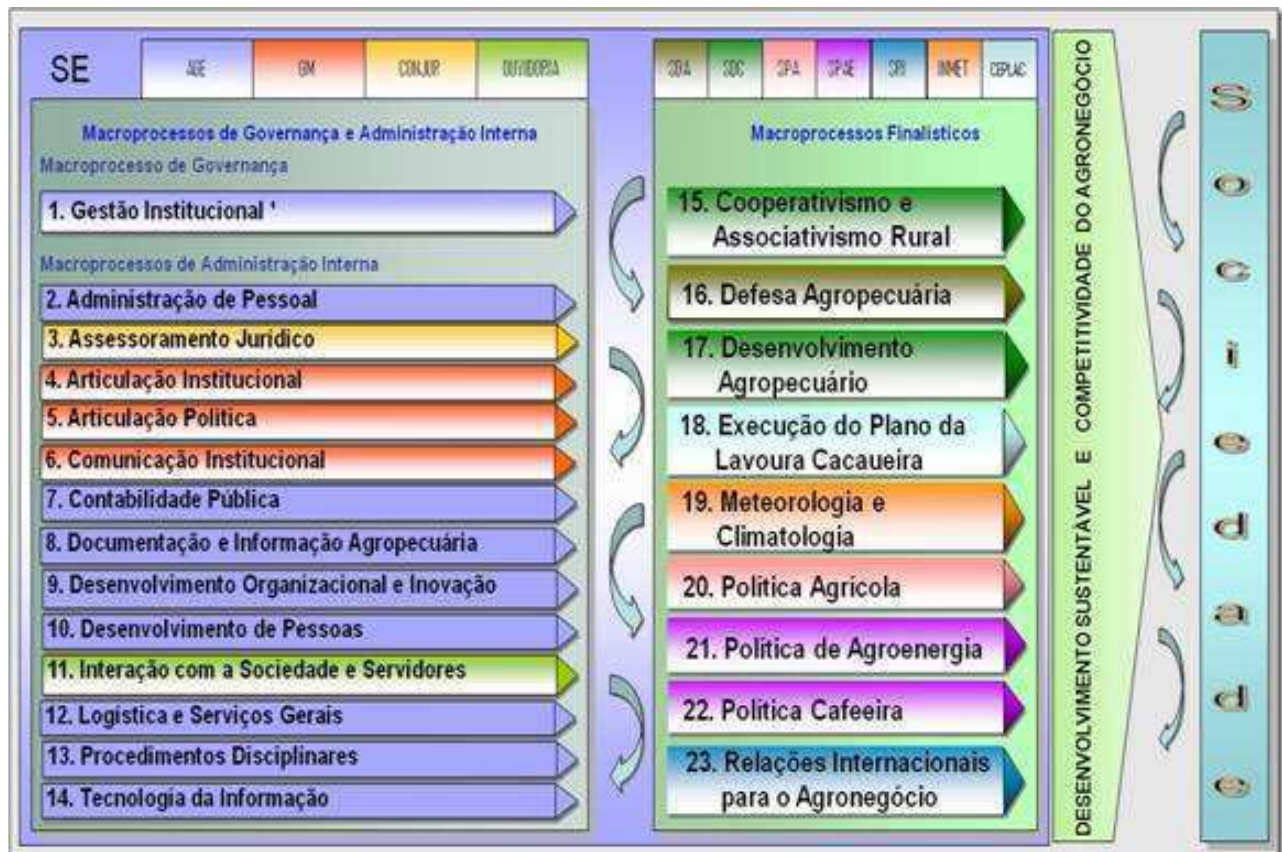
Como oportunidade de melhoria identificamos o reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias, o contingenciamento orçamentário, a limitação do número de diárias, a falta de laboratório credenciado no Estado e a atualização técnica dos servidores para desempenho das atividades.

Apesar destes fatos, os números apresentados quanto às metas e indicadores foram satisfatórios, concluindo-se que a superintendência cumpriu o seu papel no desempenho das políticas públicas agropecuárias, garantindo para a sociedade produtos agropecuários dentro das normas legais e com excelente padrão de qualidade.

1.4.5 Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa

A Cadeia de Valor da Administração Direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA.

Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal (SIORG), instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.



⁽¹⁾ Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

LEGENDA

SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como Macroprocessos de Governança e Administração Interna.

1.5.1 Macroprocesso de Administração Interna - Contabilidade Pública

Após treinamento promovido pela Prefeitura Municipal de Aracaju, a SFA/SE passou a recolher, como substituta tributária, o Imposto Sobre Serviço (ISS). Decreto municipal determinou que quando serviços forem contratados, os órgãos envolvidos terão a obrigação de reter o ISS devido pela empresa prestadora do serviço, repassando-o diretamente ao município de Aracaju.

A mudança, possibilitada pela adoção da Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e), trouxe mais transparência aos contratos públicos, bem como facilitou a tributação.

Como parte do projeto Novo SIAFI, que tem como objetivo reconstruir o SIAFI para superar as limitações apresentadas no sistema atual, a SFA/SE passou a utilizar o Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) na nova plataforma.

O CPR é um subsistema do SIAFI que possibilita ao usuário obter informações analíticas e gerenciais relativas ao fluxo financeiro ou de caixa, da previsão até o efetivo recebimento e pagamento, permitindo, ainda, mediante opção, a realização automática destas operações.

Junto ao treinamento sobre o Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) foi ofertada participação em eventos sobre descentralização de recursos, análise e regularizações contábeis e encerramento de exercício.

1.5.2 Macroprocesso de Administração Interna – Administração/Gestão de Pessoal

Os dados indicam que os todos os setores da área administrativa da SFA/SE foram alvos das ações de capacitação. Na área de serviços gerais foram realizadas capacitações sobre Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços, treinamento no Sistema de Controle de Veículos Automotores (SCVA) e no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED).

Na área de gestão a seção de planejamento participou da Oficina de Capacitação da Gestão Estratégica e Gestão Operacional e do Curso Estruturas de Gestão Pública ofertado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o auxílio dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas (ADP), a superintendência adotou o modelo de avaliação de desempenho dos servidores. O desempenho atualmente é medido através das metas individuais e da equipe de trabalho.

No 1º Encontro Nacional do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos (ProveRH), foi capacitado servidor para atuar junto ao Serviço de Qualidade de Vida, desempenhando ações de valorização, motivação e qualidade de vida dos servidores.

Por fim, foi realizada pesquisa entre os servidores para levantar as necessidades de capacitação que compuseram o Plano Anual de Educação Continuada (PAEC 2013), enviado à administração central.

1.5.3 Macroprocesso de Administração Interna – Logística e Serviços Gerais

Os servidores responsáveis pela condução das atividades de transporte foram treinados para operar o Sistema de Controle de Veículos Automotores (SCVA). A implantação do sistema permitiu a melhoria do processo de requisição e controle de custos dos veículos.

Outro sistema adotado é responsável pela gestão de documentos. Baseado na legislação arquivística brasileira, o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED) proporciona a gestão dos documentos, destacando-se a autuação/cadastro, a digitalização,

acompanhamento de prazos, a movimentação, até o arquivamento ou definição da destinação final. Permite também a consulta via internet ao público externo.

Para complementar o processo de gestão de documentos, foram adquiridos arquivos deslizantes para acomodar todo o acervo documental da superintendência. Empresa especializada foi contratada para higienizar, classificar, organizar e avaliar a toda a documentação.

Junto a Consultoria Jurídica da União em Sergipe (CJU/SE) foi assinado termo com o objetivo de padronizar os processos licitatórios. No documento proposto pela CJU/SE, a SFA/SE se comprometeu a adotar os editais aprovados pela consultoria. A iniciativa evita falhas comuns nos processos impedindo que atrase indevidamente sua tramitação.

O término da obra de reforma do prédio, além de melhorar a acomodação dos servidores da superintendência, tornou possível melhorar o controle de acesso ao prédio e o atendimento aos cidadãos.

1.5.4 Macroprocesso de Administração Interna – Interação com a sociedade

Na Ouvidoria foram registradas 09 (nove) demandas acompanhadas atentamente e solucionadas pela administração da superintendência. Segue abaixo uma síntese das demandas apresentadas à Ouvidoria:

- Demanda nº 49.290 – Denúncia contra a CILPE, considerando que o adquirente do produto declara que o leite estava impróprio para consumo (coalhado).
- Demanda nº 51.867 – Denúncia da existência de cama de frango, conforme processo nº21054.000264/2012-50.
- Demanda nº 51.906 – Denúncia de cama de frango existente na fronteira das cidades de Tobias Barreto e Simão Dias.
- Demanda nº 51.983 – Proveniente de Poço Verde, onde o foco principal é a existência de cama de frango em áreas rurais daquele município.
- Demanda nº 53.677 – Denúncia de cama de frango, cuja existência se daria no povoado denominado Timbó, Sítio da Pirambeira no município de São Cristóvão.
- Demanda nº 53.747 – Denúncia do município de Propriá, onde alguns comerciantes possivelmente atuariam com venda de ração e outros produtos sem a devida inscrição e/ou permissão para a atividade.
- Demanda nº 56.720 – Denúncia de abatedouro de aves clandestino, nesta em Aracaju. As informações do SIFISA foram encaminhadas a Ouvidoria do MAPA em 28/12/2012.
- Demanda nº 56.927 – A Empresa JAV Indústria de Alimentos, localizada em Lagarto, solicita informações sobre a emissão de SIF pendente.
- Demanda (sem número) – Relata a existência de divergência normativa federal, referindo-se ao Normativo que trata de rotulagem.

1.6 Principais Parceiros

A Superintendência mantém parcerias com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (Emdagro), a Secretária de Agricultura do Estado de Sergipe (SEAGRI), o Ministério Público Estadual (MPE/SE), a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União em Sergipe (CGU/SE) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Aracaju (CARE).

A parceria com a Emdagro e a SEAGRI dar-se através de convênio para a execução de ações de defesa agropecuária e extensão rural. A CGU/SE atua orientando sobre o controle dos processos internos e os procedimentos de acompanhamento de convênios,

Outra parceria importante é proporcionada pela AGU, que através da Consultoria Jurídica da União em Sergipe (CJU/SE) presta assessoria jurídica nos processos administrativos.

Junto ao Ministério Público Estadual foi celebrada parceria para o controle e manutenção da vacinação contra febre aftosa objetivando assegurar o status de zona livre da febre aftosa, beneficiando diretamente o agronegócio Sergipano. A CARE recolhe todos os resíduos aproveitáveis para fins de reciclagem de material.

Com o INSS foi assinado acordo termo de cooperação para a implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). O sistema tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 2

2.1 Planejamento das Ações

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005. Com representação de vinte e três superintendências, foi construído o Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no conceito de Balanced Scorecard (BSC), resultando na elaboração da missão institucional e da visão de futuro para 2015.

Visando consolidar a estratégia, o MAPA alinhou o Plano Plurianual (PPA 2012/2015) às suas estratégias. Assim, tanto os objetivos setoriais do PPA do MAPA, como também as 23 iniciativas estratégicas estão ajustadas de modo a garantir sua execução até 2015.

Os objetivos estratégicos que compõem o Plano Estratégico do Ministério foram baseados em quatro perspectivas: Sociedade, Agronegócio e Parceiros, Processos Internos e Pessoas, Aprendizado e Crescimento. Os objetivos incluem a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro, a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética do país, o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos e a atuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Esse processo é gerenciado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do MAPA e nas superintendências foi instituída a figura do interlocutor de gestão estratégica para tratar dos assuntos relacionados a execução e ao desdobramento das estratégias em cada unidade.

Somente em 2010 a superintendência foi capacitada e deu início ao trabalho com enfoque no planejamento estratégico. Basicamente, cabe a superintendência executar as ações PPA para impulsionar positivamente os objetivos estratégicos, impactado diretamente na missão da organização. Apresentamos a seguir os resultados estratégicos e os indicadores que utilizados para medir a contribuição ao planejamento estratégico do órgão central:

- **Resultados Estratégicos Esperados**

- a. Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional;
- b. Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada;
- c. Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado;
- d. Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada;
- e. Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada;
- f. Defesa Fitossanitária Fortalecida.

- **Indicadores Estratégicos**

- a. Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves);
- b. Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e Distrito Federal que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa;
- c. Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários;
- d. Índice de Conformidade de Material Genético animal (Fiscgene);
- e. Índice de Conformidade de produtos alimentação animal (Fiscinan);
- f. Índice de Conformidade de produtos de uso veterinário (Fisprovet1);
- g. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal (SIF);
- h. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal;
- i. Índice de Conformidade dos Fertilizantes;
- j. Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças;
- k. Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Para alcançar os objetivos estratégicos traçados são elaborados estudos e levantamentos que consideram a dinâmica e as perspectivas de crescimento do agronegócio. São definidas, então, as metas a serem alcançadas dentro de um período determinado de tempo. As projeções atuais refletem as tendências de produção, consumo e comércio exterior para produtos agropecuários em um horizonte de 10 (dez) anos.

A superintendência tendo como base o plano operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras sempre alinhadas aos objetivos específicos estratégicos de cada programa do PPA. Os padrões de eficácia, eficiência e efetividade são acompanhados para medir o desempenho de cada ação, meta ou programa.

Trimestralmente a unidade realiza reunião de análise crítica com a participação de todos os coordenadores estaduais, responsáveis pelas ações que compõe os programas do PPA. O objetivo do encontro é acompanhar a execução das metas físicas programadas e deliberar ações corretivas para eventuais entraves apontados e caso necessário reprogramar as metas.

Atenta aos princípios da transparência, a atual gestão da superintendência formalizou a Ouvidoria, instrumento para interagir com a sociedade na defesa dos direitos do cidadão.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O Plano de Metas da superintendência, baseado no Plano Operativo Anual e alinhado ao PPA e ao planejamento estratégico, é composto por metas principais e metas intermediárias.

As metas principais são aquelas que têm impacto direto no objetivo estratégico da unidade e estão registradas no Sistema de Planejamento (SIPLAN). Estas são repassadas automaticamente ao Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPLAN), do Ministério do Planejamento.

No seu plano de metas a unidade trabalha com 20 (vinte) metas voltadas para o objetivo final da organização, das quais 05 (cinco) ligadas diretamente com a defesa agropecuária. As outras metas trabalhadas são de fiscalizações e inspeções. Estas metas complementam as metas das ações preventivas da defesa agropecuária, que uma vez cumpridas, exercem impacto positivo no objetivo estratégico “Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos”.

Como demonstrado à frente, a unidade alcançou desempenho satisfatório, atendendo à todas metas preestabelecidas, principalmente àquelas que têm impacto direto nas políticas internacionais para o agronegócio brasileiro.

A seguir apresentamos os quadros que demonstram o plano de metas da superintendência para os programas Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e Defesa Agropecuária. Os quadros permitem comparar as metas de 2012 e 2011 e indicam a conformidade das diversas ações e suas respectivas unidades de medida.

Quadro 2 - Plano de Metas das Ações da SFA/SE – Exercício/2012

Programa do PPA: 2014		EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2012			
AÇÃO	Unidade de Medida	META FÍSICA DESEJADA = 100%				META FÍSICA DESEJADA = 100%			
		Prevista	Realizada	Conforme	%	Prevista	Realizada	Conforme	%
4720 – CERTORGAN1	Unidade Controlada	1.272	1.272	1.272	100,00%	1.272	1.272	1.272	100,00%
2014 – DESENORG	Pessoa Beneficiada	375	282	282	75,20%	350	364	364	104,00%
2177 – FISCAGRIC1	Unidade	5	5	5	100,00%	8	9	9	112,50%
2B17 – FISCONTRATO	Unidade	30	20	20	66,67%	21	5	4	23,81%
Total das Ações do Programa 2014		1.682	1.579	1.579	93,88%	1.651	1.650	1.649	99,94%

Programa do PPA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

- **Ação 4720 - Aplicação de Mecanismo de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1**

Objetivo estratégico: efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Meta: Monitorar e Controlar 100% das Organizações de Controle Social (OCS) cadastradas

- **Ação 2014 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENORG**

Objetivo estratégico: efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Meta: Fomentar 100% produtores de Agricultura Orgânica

- **Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC1**

Objetivo estratégico: efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Meta: Fiscalização de 100% da pulverização aérea de agrotóxicos no Estado

- **Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO**

Objetivo estratégico: efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Meta: Acompanhamento em loco de 100% dos Contratos de Repasse em Vigência no Exercício

Quadro 3 - Plano de Metas das Ações da SFA/SE - Exercício/2012

Programa do PPA: 2028		EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2012			
AÇÃO	Unidade de Medida	META FÍSICA DESEJADA = 100%				META FÍSICA DESEJADA = 100%			
		Prevista	Realizada	Conforme	%	Prevista	Realizada	Conforme	%
4842 – FEBREAFTOS	Km2	21.962	21.962	21.962	100,00%	21.962	21.962	21.962	100,00%
8658 – PCEANIMAL	Propriedade Atendida	8.400	8.822	8.500	105,02%	10.700	13.100	12.100	122,43%
4738 – ERRADMOSCA	há	21.910	21.910	21.910	100,00%	2.191.034	2.191.034	2.191.034	100,00%
8572 – PCEVEGETAL	Unidade	64.000	64.000	64.000	100,00%	64.000	64.000	64.000	100,00%
2140 – FISPROVET1	Unidade	84	88	76	104,76%	84	99	80	117,86%

Programa do PPA: 2028 – Defesa Agropecuária

- **Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado

- **Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Atendimento de 100% das Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.

- **Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola

- **Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Manter o Controle de Praga no Estado, Realizando 100% das Fiscalizações Programadas

- **Ação 2140 - Fiscalização de Produto de Uso Veterinário - FISPROVET1**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

Quadro 4 - Plano de Metas das Ações da SFA/SE - Exercício/2012

Programa do PPA: 2028		EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2012			
AÇÃO	Unidade de Medida	META FÍSICA DESEJADA = 100%				META FÍSICA DESEJADA = 100%			
		Prevista	Realizada	Conforme	%	Prevista	Realizada	Conforme	%
2124 – FISCINAN	Unidade	123	138	118	112,20%	128	128	105	100,00%
2024 – FISCGENE	Unidade	10	0	0	0,00%	09	08	07	88,89%
4745 – FISCORGEN	Unidade	10	10	10	100,00%	15	13	13	86,67%
2141 – FISFECOI	Unidade	142	188	170	132,39%	159	105	105	66,04%
VIGIFITO1	há	16.400	16.144	16.144	98,44%	14.000	16.120	16.120	115,00%

Programa do PPA: 2028 – Defesa Agropecuária

- Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - FISCINAN**
Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício
- Ação 2024 - Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE**
Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos **Meta:** Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício
- Ação 4745 - Fiscalização das Atividades de Organismo Geneticamente Modificado - FISCORGEN**
Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício
- Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI**
Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício
- Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos – VIGIFITO1**
Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
Meta: Manutenção de 100% da Área Reconhecidas como Livres de Pragas Quarentenárias

Quadro 5 - Plano de Metas das Ações da SFA/SE - Exercício/2012

Programa do PPA: 2028		EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2012			
AÇÃO	Unidade de Medida	META FÍSICA DESEJADA = 100%				META FÍSICA DESEJADA = 100%			
		Prevista	Realizada	Conforme	%	Prevista	Realizada	Conforme	%
FISCALSEM1	Unidade	118	120	110	101,69%	137	145	145	105,84%
PADCLASSIF	Tonelada	94.000	157.276	157.267	167,31%	100	144	144	144,00%
INSPANIMAL3	Unidade	12	9	9	75,00%	09	09	09	100,00%
IPVEGETAL2	Unidade	85	82	82	96,47%	72	75	75	104,17%
2180 – FISCPLANTA.	Unidade	52	60	60	115,38%	50	46	46	92,00%
2181– FISCANIMAL.	Unidade	20	19	19	95,00%	29	38	38	131,03%
Total das Ações do Programa 2028 – Defesa Agropecuária		226.328	289.828	289.437	128,06%	107.186	107.207	107.273	100,02%

Fonte: SIPLAN/2012

Programa do PPA: 2028 – Defesa Agropecuária

- **Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

- **Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais – PADCLASSIF**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

- **Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

- **Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

- **2180 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA.**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

- **2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL.**

Objetivo estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Meta: Realizar 100% das Fiscalizar Programadas para o Exercício

2.4 Indicadores

A superintendência utiliza vários indicadores como ferramenta para medir o seu desempenho nos processos de trabalho. No caso das ações, utiliza 03 (três) tipos de indicadores alinhados aos princípios da administração pública, quais sejam, a eficácia, eficiência e efetividade. Os indicadores operacionais para a gestão estratégica são os seguintes:

- Índice de Conformidade dos insumos pecuários;
- Índice de Conformidade de Material Genético animal;
- Índice de Conformidade de produtos alimentação animal;
- Índice de Conformidade de Produtos de uso Veterinário;
- Índice de Conformidade de produtos de origem Animal;
- Índice de Conformidade de produtos de origem vegetal;
- Índice de Conformidade dos fertilizantes;
- Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças.

No painel dos indicadores operacionais, a unidade mede as ações isoladas e também as ações consolidadas por macroprocesso. No painel estão expostos os dados das metas físicas programadas e realizadas, número de conformidade por ação e o valor gasto, com o cruzamento dos dados.

A unidade obtém o resultado dos indicadores de cada ação e dos macroprocessos. Os números apresentados são consolidados no SIPLAN e são de responsabilidade de cada coordenador. A Seção de Planejamento e Acompanhamento (SPA) é responsável pela cálculo dos indicadores.

2.4.1 Resultados dos Indicadores Operacionais

2.4.1.1 Defesa Animal

Quadro 6 - Processo de Defesa Animal

Indicador	Índice de Defesa Sanitária Animal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade:	Área Controlada	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		100%	107%	1,81	1,90	100%	97%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Fórmula de Cálculo – Ind. Eficácia:	Relação percentual de supervisão/auditoria: programada X executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor						
Fórmula de Cálculo – Ind. Eficiência:	Valor gasto (R\$) dividido pelo nº de atividades realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor						
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade:	Relação percentual de Conformidade na execução da atividade (%) Resultado Desejado: Quanto Maior Melhor						

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.2 Defesa Vegetal

Quadro 7 - Processo de Defesa Vegetal

Indicador:	Índice de Defesa Sanitária Vegetal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade:	Área Controlada	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		100%	100%	R\$ 0,23	R\$ 0,20	100%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Fórmula de Cálculo – Ind. Eficácia:	Relação Percentual de Supervisão/Auditoria: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Fórmula de Cálculo – Ind. Eficiência:	Valor Gasto (R\$) dividido pelo N° Atividades Realizadas Resultado Desejado: Quanto menor melhor
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade:	Relação percentual de conformidade na execução da atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.3 Fiscalização Agropecuária

Quadro 8 - Processo de Fiscalização Agropecuária

Indicador:	Índice de Fiscalizações	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade (%)	
Atividade: Fiscalização Agropecuária Realizada		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		99,6%	114,0%	R\$ 0,38	R\$ 4,99	90%	99%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG						
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficiência:		Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade Conforme:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.4 Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Quadro 9 - Processo de Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Indicador:	Índice de RNC em Área Inspeccionada/Fiscalizada	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade: Fiscalização Agropecuária Realizada		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		75%	100%	R\$ 10.503,00	R\$ 9.795,00	90%	100,0%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG						
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficiência:		Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade Conforme:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.5 Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Quadro 10 - Processo de Inspeção/Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Indicador:	Índice de Fiscalização de Vinagre e Bebidas	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade: Fiscalização Agropecuária Realizada		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		96,4%	104%	R\$ 159,90	R\$ 117,37	100%	100,0%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG						
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficiência:		Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade Conforme:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.6 Classificação e Padronização de Produtos Vegetais

Quadro 11 - Processo de Classificação e Padronização de Produtos Vegetais

Indicador:	Índice de Classificação e Padronização.	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade: Padronização e Classificação Realizada		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		167,30%	144%	0,30	96,13	100%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG						
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo – Indicador de Eficiência:		Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade Conforme:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte: SIPLAN/2012

2.4.1.7 Vigilância Agropecuária no Estado

Quadro 12 - Processo de Vigilância Agropecuária no Estado

Indicador:	Índice de Vigilância Agropecuária	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		Eficácia (%)		Eficiência (R\$)		Efetividade %	
Atividade:		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Método de Aferição: Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.		109,0%	106,0%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100%	100%
Área Responsável pelos Dados: Serviço de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO							
Fórmula de Cálculo – Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Partida inspecionada: Programada X Executada (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Eficiência:		N° de Fiscalizações Realizadas, Dividido pelo Valor Gasto (R\$) Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo – Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte: SIPLAN/2012

Análise Crítica

Os números dos indicadores operacionais revelam que o desempenho da superintendência no exercício de 2012 comparado ao exercício anterior, foi satisfatório. Todos os processos obtiveram os resultados previstos pelos coordenadores.





Analisando os números por processo, verificamos que a unidade desempenhou suas ações com eficácia em média de 100%, com efetividade de 90%. A eficiência vem sendo superada anualmente, com os gastos de R\$ 176,95 por fiscalização realizada, de R\$ 8.803,00 por estabelecimento industrial de laticínio inspecionado, de R\$ 1,93 para monitoramento das ações de defesa animal e vegetal no Estado e de R\$ 107,00 para a inspeção/fiscalização de estabelecimento industrial e comercial de vinagre e bebidas.

As ações de inspeção/fiscalização de estabelecimentos industriais de laticínios são ações continuadas e requerem a presença do fiscal diariamente para acompanhar o processo de industrialização dos produtos e garantir a sua sanidade e higienização, razão pela qual tem um custo alto por estabelecimento.









Com os resultados dos indicadores, podemos afirmar que as dificuldades imputadas pelo contingenciamento orçamentário e pela limitação de 40 diárias por servidor, não impactaram negativamente o desempenho da superintendência, visto que em todas as principais ações, a unidade alcançou bons índices nos indicadores.

2.4.2 Resultados dos Indicadores da Gestão Estratégica

Os dados, não cumulativos, foram extraídos do Relatório de Acompanhamento da Gestão Estratégica (RAE) e aferidos trimestralmente. Os indicadores que medem a Gestão Estratégica são padronizados pelo MAPA baseados na metodologia dos faróis. O critério do Farol dos Indicadores de Desempenho atende a seguinte classificação:

	Maior ou igual a 90% de consecução da Meta
	Entre 60% e 90% de consecução da Meta
	Menor que 60% de consecução da Meta
	Indicador não disponível

A cor atribuída a cada unidade é o resultado da média de seus indicadores e a da Superintendência é o resultado da média das unidades, utilizando a seguinte pontuação:

PONTUAÇÃO DOS INDICADORES	
	3 PONTOS
	2 PONTOS
	1 PONTO
	0 PONTO
MÉDIA DOS PONTOS X COR DO RESULTADO	
	3,00 – 2,51
	2,50 – 1,51
	1,50 – 1,00
	Indicadores não mensurados

2.4.2.1 Resultado Estratégico (R1): Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional (02 indicadores)

Quadro 13 - Porcentagem de bovinos e a área total reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa

Resultado medido: Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional (R1)						
Indicador 01 - Porcentagem de bovinos e a área total reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Área Reconhecida pela OIE (AR)	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Área Total do Estado (AT)					
Fórmula de Cálculo: Indicador 1: $(AR \times 100) / AT$						

Para o indicador de porcentagem de bovinos e a área total dos estados da federação e Distrito Federal, a superintendência atua em parceria com órgão estadual. No caso da erradicação da Febre Aftosa, Sergipe detém, desde 2001, o reconhecimento de “Área livre de febre aftosa com vacinação” pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O trabalho teve como base o convênio de defesa animal e atingiu no indicador em referencia o índice de 90% na consecução da meta regional.

Quadro 14 - Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação

Resultado medido: Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional (R1)						
Indicador 02 - Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Nº Suspeitas atendidas em 24 horas	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Nº Total de Suspeitas Atendidas (SA)					
Fórmula de Cálculo: $(AP \times 100) / SA$, onde: Suspeitas Atendidas no Prazo (SA) e Número Total de Suspeitas Atendidas (SA).						

Para o indicador de porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (síndromes vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves), a superintendência também atua em parceria com o órgão estadual. No caso, atendeu todas as suspeitas dentro do prazo estabelecido, motivo do excelente desempenho para o indicador.

Esses indicadores, ligados ao Resultado Estratégico “**Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional**”, demonstram que a unidade contribuiu para a Gestão Estratégica do MAPA, alcançando o índice máximo.

2.4.2.2 Resultado Estratégico (R2) – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada (03 indicadores)

Quadro 15 - Índice de conformidade de Material Genético Animal

Resultado medido: Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada						
Indicador 01 - Índice de conformidade de Material Genético Animal		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Nº de Estabelecimentos Conformes	1,0	2,1	2,2	1,0	3,0
	Nº de Estabelecimentos Fiscalizados					
Fórmula de Cálculo: ICMGA = nº de estabelecimentos Conforme / nº de estabelecimentos produtores fiscalizados						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Material Genético Animal, a superintendência atua fiscalizando os cinco estabelecimentos que trabalham com material de multiplicação animal. O trabalho transcorreu dentro do planejado e a unidade alcançou no indicador o índice entre 60% e de 90% na consecução da meta regional.

Quadro 16 - Índice de conformidade de Produtos de Alimentação Animal

Resultado medido: Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada						
Indicador 02 - Índice de conformidade de Produtos de Alimentação Animal		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Nº de Produtos Conformes	1,93	2,69	2,78	2,85	3,0
	Nº de Produtos Fiscalizados					
Fórmula de Cálculo: ICPAA = nº de produtos conformes / nº de produtos fiscalizados						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Produtos Alimentação Animal, a superintendência atua em estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciais. O trabalho transcorreu dentro do planejado e a unidade alcançou no indicador o índice de 90% na consecução da meta regional.

Quadro 17 - Índice de conformidade de Produto de Uso Veterinário

Resultado medido: Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada						
Indicador 03 - Índice de conformidade de Produto de Uso Veterinário		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Nº de Estabelecimentos Fabricantes Conformes				3,0	3,0
	Nº de Produtos Fiscalizados					
Fórmula de Cálculo: ICPUV = nº de estabelecimentos fabricantes conformes/nº de estabelecimentos fabricantes fiscalizados						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Produtos de uso Veterinário não foi mensurado nos três primeiros trimestres pois como só existe um estabelecimento produtor no estado, apenas foi realizada fiscalização no mês de outubro conforme o planejamento. O trabalho foi transcorreu dentro do planejado e a unidade alcançou no indicador em referencia o índice menor de que 60% na consecução da meta regional.

2.4.2.3 Resultado Estratégico (R3) – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado (01 indicador)

Quadro 18 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal (SIF)

Resultado medido: Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado						
Indicador 01 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal (SIF)		Resultado Alcançado por trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Nº de Relatório de Auditoria Conformes	1,0	1,08	1,0		3,0
	Nº Total de Relatório de Auditoria					
	Nº Amostras Produtos Conformidade					
	Total de Amostras Analisadas					
Fórmula de Cálculo: IA = 0,7 x (nº de relatórios de auditoria e supervisão conformes / nº total de relatórios de auditoria e supervisão) + 0,3 x (nº de amostras de produtos em conformidade / total de amostras analisadas)						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal não foi mensurado no terceiro trimestre em decorrência da licença médica do Fiscal Federal responsável pela área. O trabalho transcorreu dentro do planejado, com exceção do terceiro trimestre. Dessa forma a unidade alcançou no indicador em referencia o índice menor de que 60% na consecução da meta regional.

2.4.2.4 Resultado Estratégico (R4) – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (01 indicador)

Quadro 19 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal

Resultado medido: Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros)						
Indicador 01 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	nº de Inspeções Conforme - vinho e bebidas	2,20	3,00	2,55	2,01	3,0
	nº de Inspeções Realizadas - vinho e bebidas					
	nº de Produtos Conforme - vinhos e bebidas					
	nº de Produtos Analisados - vinhos e bebidas					
	nº de amostras produtos conformidade					
nº total de amostras analisadas						
Fórmula de Cálculo: ICPV = ((0,5 *(0,7*(nº de Inspeções Conforme/nº de Inspeções Realizadas) + 0,3*(Produtos Conforme / Produtos Analisados)))+(0,5*(nº de Amostra de Produtos em Conformidade/nº total de amostras analisadas))						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal, a superintendência atua em estabelecimentos fabricantes de bebidas, polpas e sucos e empresas embaladoras de feijão, arroz, farinha e amendoim de grãos. Este indicador envolve as áreas de Fiscalização e Inspeção de Vinhos e Bebidas e a área de Padronização e Classificação Vegetal.

O trabalho transcorreu dentro do planejado e a unidade alcançou no indicador em referencia o índice de 90% na consecução da meta regional.

2.4.2.5 Resultado Estratégico (R5) – Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada (02 indicadores)

Quadro 20 - Índice de conformidade dos fertilizantes

Resultado medido: Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada						
Indicador 01 - Índice de conformidade dos fertilizantes		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Volume de Produto Amostrado Conforme (análise laboratorial)	2,86	2,98	1,74	2,19	3,0
	Volume total do produto amostrado					
Fórmula de Cálculo ICF = Fertilizantes = volume de produto amostrado conforme/volume total do produto amostrado fabricantes fiscalizados.						

Para o indicador de Índice de Conformidade dos Fertilizantes, a superintendência atua fiscalização na indústria, visando melhorar a qualidade dos fertilizantes. Avaliando os meios do processo de produção, bem como verificando a qualidade dos produtos através de análises fiscais.

O trabalho transcorreu dentro do planejado, mesmo com as limitações de mão de obra (numero insuficiente de Fiscais e Agentes). Dessa forma a unidade alcançou no indicador em referencia o índice entre 60% a 90% na consecução da meta regional.

Quadro 21 - Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças

Resultado medido: Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada						
Indicador 02 - Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados Coletados	Volume de Produto Amostrado Conforme (análise laboratorial)	1,52	2,52	2,52	1,51	3,0
	Volume total do produto amostrado					
Fórmula de Cálculo: Sementes e mudas=Volume de produto amostrado conforme/volume total do produto amostrado						

Para o indicador de Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças, a superintendência coleta de amostras de sementes no comércio para fins de análise. O trabalho transcorreu dentro do planejado, com a equipe de trabalho um Fiscal Federal e um Agente de

Atividades Agropecuárias. Dessa forma a unidade alcançou no indicador em referencia o índice entre 60% a 90% na consecução da meta regional.

2.4.2.6 Resultado Estratégico (R6) – Defesa Fitossanitária Fortalecida (01 indicador)

Quadro 22 - Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação

Resultado medido: Defesa Fitossanitária Fortalecida						
Indicador 01: Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação		Resultado Alcançado por Trimestre				META
		1º	2º	3º	4º	
Dados	Nº Suspeitas atendidas em 24 horas	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Coletados	Nº Total de Suspeitas Atendidas					
Fórmula de Cálculo: (Suspeitas atendidas em 48h / total de notificações) x 100						

Para o indicador de Porcentagem de Suspeitas Atendidas no Prazo de 48 horas da Notificação, a superintendência atua em parceria com órgão estadual. A agricultura sergipana, com ênfase na citricultura, tem como principal fator competitivo a ausência de Pragas Quarentenárias Presentes. O trabalho teve como base o convênio de defesa vegetal e atingiu no indicador o índice de 90% na consecução da meta regional.

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 3

3.1 Estrutura de Governança

Os macroprocessos de governança e administração interna são idealizados pela administração central do ministério. Toda a estrutura de governança da superintendência foi apresentada no item referente aos macroprocessos (p.18). Outras, tais como comissões, conselhos ou unidades de auditoria, são próprias da administração central.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 23.1 – Avaliação do sistema de controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Quadro 23.2 – Avaliação do sistema de controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

- **Análise Crítica:**

Os procedimentos e controles internos foram elaborados pela administração central e estão dispostos em manuais e planilhas de controle. Os servidores têm sensibilidade suficiente para entender a importância dos controles para a efetividade do serviço prestado, de maneira que mensalmente entregam a administração dados relativos aos indicadores gerenciais.

Os controles internos indicadores são importantes pois ajudam a mensurar os resultados e gerir o desempenho e embasam a análise crítica dos resultados e do processo decisório. Ainda, conforme a análise, os controles contribuem para a melhoria contínua dos processos organizacionais, facilitam o planejamento e o controle do desempenho.

A comunicação dentro da superintendência é eficiente e é distribuída verticalmente e horizontalmente. O organograma e layout da superintendência facilitam o processo de comunicação organizacional.

Para agilizar e controlar as comunicações e documentos, a superintendencia utiliza o correio eletrônico e adota a gestão eletrônica de documentos. O próximo passo é a reconfiguração da intranet da superintendência, nos moldes da intranet da administração central.

O planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, baseado nas premissas do Balanced Score Card (BSC), dispõe quatro perspectivas: financeira, sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento. Estas quatro perspectivas buscam dar uma visão equilibrada, ou balanceada, do desempenho da instituição fornece uma visão da organização sob diversos aspectos.

O BSC tem sido usado para importantes processos gerenciais: estabelecimento de metas individuais e de equipe, remuneração, alocação de recursos, planejamento e orçamento, e feedback e aprendizado estratégicos. A estratégia é comunicada aos servidores através de mapa estratégico que delinea os objetivos estratégicos das quatro perspectivas para o período 2006/2015.

Para elaboração das respostas a este item reuniram-se o superintendente, o chefe da área técnica, o chefe da área administrativa e o chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento.

3.4 Sistema de Correição

A Corregedoria-Geral da União (CRG) é a unidade da Controladoria Geral da União (CGU) que exerce as funções de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR). As Corregedorias-Adjuntas organizam-se segundo as áreas de governo, sendo a Corregedoria-Adjunta da Área Econômica (COREC), responsável pela coordenação da Corregedoria Setorial dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A CGR tem como propósito o exercício das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos na esfera administrativa federal. As competências da CGR e de suas unidades setoriais estão estabelecidas no art. 4º e 5º do Decreto n.º 5.480/2005.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os servidores cadastrados obedecem à política de uso do sistema de gestão de processos disciplinares (Sistema CGUPAD), tendo respeitados os prazos para registros de informações e zelando pela sua integridade.

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 4

4.1 Informações Sobre Programas do PPA

O gerenciamento de cada programa é de responsabilidade do coordenador nacional e regional. Para aperfeiçoar o gerenciamento o governo implantou o Sistema de Planejamento (SIPLAN), no qual cada coordenador estadual insere mensalmente os dados das ações regionais que irão compor o resultado final de cada programa.

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos

4.1.1.1 Programa Temático do PPA 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Quadro 24 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2014			
Título	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	32.261.227,00	10.335.085,00	166.266.356,00	
b) Outras Fontes	134.005.129,00	40.127.723,00		
c) Subtotais (a + b)	166.266.356,00	50.462.808,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	216.729.164,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
11.791,00	10.202,00	0,00	0,00	10.202,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0744	Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos Benefícios e Renda.	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA)		
0747	Fortalecer a associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes as desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA)		

Fonte: PPA 2012-2015 – SIAFI

4.1.1.2 Programa Temático do PPA 2028 – Defesa Agropecuária

Quadro 25 - Defesa Agropecuária

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2028			
Título	Defesa Agropecuária			
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.276.912,00	390.226.936,00	390.226.936,00	
f) Outras Fontes	0,00	0,00		
g) Subtotais (a + b)	1.276.912,00	390.226.936,00		
h) Valor Global Previsto no PPA	1.667.139,00			

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
339.904,44	320.556,70	33.056,75	0,00	287.499,95
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0364	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle.	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA		
0368	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA		
0570	Assegurar a qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros.	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA		

Fonte: PPA 2012-2015 – SIAFI

Análise Crítica

Considerando a realidade regional, a superintendência, durante o exercício de referência, desenvolveu as ações regionalizadas finalísticas que compõem 02 (dois) programas do PPA. O gerenciamento de cada programa é de responsabilidade dos coordenadores nacionais e regionais.

Depois da inclusão dos dados no SIPLAN, fica sob a responsabilidade do coordenador nacional a consolidação dos mesmos para apuração final dos índices, motivo pelo qual a SFA/SE apresenta os programas do PPA sem os resultados dos índices das metas e indicadores, assim como a totalização dos valores.

No caso do programa 2014 (Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização), cabe a unidade desempenhar ações ligadas diretamente a 02 (dois) Objetivos, 04 (quatro) Iniciativas.

A disponibilidade orçamentária para o programa previsto na Lei Orçamentário Anual (LOA) para o exercício de 2012 foi de **R\$ 50.462.808,00**, (cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e oitocentos oito reais), sendo disponibilizado para a execução das 04 ações apenas **R\$ 11. 790,00** (onze mil, setecentos e noventa reais). Os recursos são para custear as despesas com manutenção de veículos, pagamento de combustível e diárias. A escassez de recursos influenciou negativamente no despenho da unidade para o Programa.

Para o Programa 2028 (Defesa Agropecuária), cabe a unidade desempenhar ações ligadas diretamente a 03 (três) objetivos, 09 (nove) Iniciativas.

A disponibilidade orçamentária do programa, previsto na LOA para o exercício de 2012, foi de **R\$ 390.226.936,00**, (trezentos e noventa milhões, duzentos e vinte e seis mil e novecentos e trinta e seis reais), sendo disponibilizado para execução das 20 (vinte) ações, o valor de **R\$ 339.904,00** (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e quatro reais). O valor serviu para custear todas as despesas com manutenção de veículos, pagamento de combustível e de diárias. O orçamento foi suficiente para manter o desempenho satisfatório no cumprimento das metas, contribuindo positivamente no desenho do Programa.

Na execução orçamentária do Programa 2028, 90% dos recursos foram aplicados dentro do próprio exercício financeiro, ficando 10% inscrito em Resto a Pagar Processados, ou seja, todas as despesas foram liquidadas. Quanto ao programa 2014, a aplicação orçamentária foi de 100%, aplicado dentro do próprio exercício financeiro.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos

4.1.2.1 Objetivo de Programa Temático 0744 - Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais.

Quadro 26 - Objetivo de Programa Temático 0744

Identificação do Objetivo						
Código	0744					
Descrição	Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos Benefícios e Renda.					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - 2014.					
Órgão Responsável	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.258,62	8.258,62	7.334,23	7.334,23	0,00	0,00	7.334,23
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantar a Comissão Nacional Produção Orgânica e Garantir o Funcionamento das Comissões nas Unidades da Federação. Meta Local Implantar 01 Comissão Estadual de Produção Orgânica	Unidade	01	01	4.129,62	3.667,23
02	Consolidar a Formação de 800 Bancos comunitários de e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes. Meta Local Consolidar a Formação de 01 (um) Banco Comunitário de Mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais	Unidade	01	01	4.129,00	3.667,00

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Considerando a realidade regional, durante o exercício de referencia foram desenvolvidas 02 (duas) ações regionalizadas que compõem o Objetivo 0744. As ações servem para agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos benefícios e renda.

Na execução das metas regionais do objetivo, a unidade implantou a Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg). Cumprindo as metas regionais para o objetivo, a unidade viabilizou a consolidação, junto ao Governo do Estado, do Banco Comunitário de Mudas com ênfase em variedades crioulas e espécies florestais.

Na aplicação orçamentária do objetivo de referencia, 100% dos recursos foram executados dentro do próprio exercício financeiro, não sendo necessária a inscrição de Resto a Pagar.

4.1.2.2 Objetivo de Programa Temático 0747 - Fortalecer a associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária

Quadro 27 – Objetivo de Programa Temático 0747

Identificação do Objetivo	
Código	0747
Descrição	Fortalecer a associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes as desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - 2014.

Órgão Responsável		Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.915,72	2.915,72	2.579,07	2.579,07	0,00	0,00	2.579,07
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Meta Nacional: Apoiar a Recuperação de 50.000 km de malha de estradas vicinais <u>Meta Local Acompanhamento em Loco de 100% dos Contratos de Repasse de Repasse de Obras</u>	Unidade	06	01	0,00	0,00
02	Meta Nacional: Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas mediante parcerias com as Prefeituras Municipais <u>Meta local - Acompanhamento em Loco de 100% dos Contratos de Repasse de Patrulha Mecanizada.</u>	Unidade	25	04	675,72	459,28
03	Fiscalização de Serviços de Pulverização de Agrotóxico por aeronaves do Estado.	Unidade	08	09	2.240,00	2.119,79

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Considerando a realidade regional, durante o exercício de referência foram desenvolvidas 02 (duas) ações regionalizadas que compõe o Objetivo 0747. Na execução das metas regionais para o objetivo, a unidade realizou 03 (três) metas, sendo que 01 (uma) foi cumprida na íntegra e 02 (duas) tiveram o desempenho de aproximadamente 30%, daí conclui que a superintendência para o objetivo executou 60%.

Na aplicação orçamentária, 100% dos recursos foram executados dentro do próprio exercício financeiro, não sendo necessária a inscrição de resto a pagar.

4.1.2.3 Objetivo de Programa Temático 0364 - Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle

Quadro 28 - Objetivo de Programa Temático 0364

Identificação do Objetivo						
Código	0364					
Descrição	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle.					
Programa	Defesa Agropecuária - 2028.					
Órgão Responsável	Secretária da Defesa Agropecuária – DAS / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
102.994,80	102.994,80	91.480,06	65.106,19	26.373,87	0,00	65.106,19
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Meta Nacional: Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimento nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves. <u>Meta Local: Atendimento de 100% das Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.</u>	Propriedade Atendida	10.700	13.100	30.106,00	23.900,99

02	Meta Nacional: Erradicar a Mosca da Carambola do território, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero. <u>Meta Local: Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola.</u>	Há	21.910	21.910	6.979,40	6.979,40
03	Meta Nacional: Obter o Reconhecimento internacional de País Livre de Febre Aftosa. <u>Meta Local: Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado.</u>	Km2	21.962	21.962	44.152,00	42.834,72
04	Reduzir o número de Municípios com incidência da Praga <i>Cydia Pomonella</i> de 03 para 0 (zero).	Percentual %	100	100	21.757,40	17.782,27

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Durante o exercício de referencia foram desenvolvidas 04 (quatro) ações regionalizadas que compõe o Objetivo 0364. Na execução das metas regionais para o objetivo, a unidade tem como responsabilidade a realização de 04 (quatro) metas regionais relacionadas, sendo todas cumpridas, inclusive uma sendo até superada.

Na execução orçamentária, 71,50% dos recursos foram aplicados dentro do próprio exercício financeiro, ficando 28,50% inscrito em resto a pagar processados, ou seja, todas as despesas liquidadas com as devidas notas fiscais.

4.1.2.4 Objetivo de Programa Temático 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Quadro 29 - Objetivo de Programa Temático 0368

Identificação do Objetivo						
Código	0368					
Descrição	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária - 2028.					
Órgão Responsável	Secretaria da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
121.609,94	121.609,94	118.265,99	113.968,81	4.297,18	0,00	113.968,81
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Meta Nacional: Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de Uso Veterinário <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações Programadas</u>	Unidade	84	99	6.302,50	4.406,36
02	Meta Nacional: Aumentar de 4.475 para 5.345 as fiscalizações anuais na área de Alimentação Animal <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações Programadas</u>	Unidade	128	129	9.914,41	9.415,11
03	Meta Nacional: Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de Material Genético Animal <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações Programadas</u>	Unidade	10	10	808,00	522,76
04	Meta Nacional: Aumentar o número de fiscalizações de 1.236 para 1.484 de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados. <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações Programadas</u>	Unidade	15	15	7.951,36	7.936,17
05	Meta Nacional: Desenvolver e Promover a adesão de 440 Estabelecimentos Produtores de Insumos Agrícolas às Boas Práticas de Fabricação (BPF). <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações Programadas</u>	Unidade Fisfecoí	4	0	25.885,79	35.595,44

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Durante o exercício de referencia foram desenvolvidas 05 (cinco) ações regionalizadas que compõe o Objetivo 0368. Na execução das metas regionais para o objetivo, a unidade tem como responsabilidade a realização de 05 (cinco) metas regionais relacionadas, que foram todas cumpridas. Na execução orçamentária, 96,2% dos recursos foram aplicados dentro do próprio exercício financeiro, ficando 3,8% inscrito em resto a pagar processado.

4.1.2.5 Objetivo Programa Temático 0570 - Assegurar Qualidade dos Alimentos e Bebidas para meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando Oferta de Alimentos Seguros

Quadro 30 - Objetivo de Programa Temático 0570

Identificação do Objetivo						
Código	0570					
Descrição	Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros.					
Programa	Defesa Agropecuária - 2028					
Órgão Responsável	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
115.299,70	115.299,70	110.810,65	108.424,95	2.385,70	0,00	108.424,95
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Meta Nacional: Ampliar de 72% para 80% a Taxa de Amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no Âmbito do Plano Nacional de Controle de resíduos e Contaminantes (PNCRC) em Produtos de Origem Animal. <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações programadas</u>	Unidade Inspanimal	10	10	91.758,00	88.163,00
02	Meta Nacional: Ampliar de 76% para 90% a Conformidade dos Processos produtivos de Produtos de Origem Animal. <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações programadas</u>	Unidade Ipvegetal	0	0	9.061,00	8.803,21
03	Meta Nacional: Ampliar de 86,8% para 90% a Taxa de Amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no Âmbito do Plano Nacional de Controle de resíduos e Contaminantes (PNCRC) em Produtos de Origem Vegetal. <u>Meta local: realizar 100% das fiscalizações programadas</u>	Unidade Padcfassif	0	0	14.480,00	13.843,83

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Durante o exercício de referencia, a SFA/SE desenvolveu 03 (três) ações regionalizadas que compõe o Objetivo 0570. Na execução das metas regionais para o objetivo, a unidade tem como responsabilidade a realização de 03 (três) metas regionais, sendo todas cumpridas. Na execução orçamentária do objetivo, 97,7% dos recursos foram aplicados dentro do próprio exercício financeiro, ficando 2,3% inscrito em restos a pagar processados.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos

4.1.3.1 Iniciativas de Programa Temático 02x3 - Fiscalizar Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade Orgânica, entregando à sociedade produtos Orgânicos com Qualidade.

Quadro 31 - Iniciativas de Programa Temático 02x3

Identificação da Iniciativa						
Código	02x3					
Descrição	Fiscalizar Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade Orgânica, entregando à sociedade produtos Orgânicos com Qualidade.					
Objetivo	Código 0744 - Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos Benefícios e Renda.					
Unidade Responsável	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.258,62	8.258,62	7.334,23	7.334,23	0,00	0,00	7.334,23
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Monitorar e Controlar 100% das Organização de Controle Social OCS	Unidade Controlada	1.272	1.272	8.258,62	7.334,23

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A superintendência, durante o exercício de referência, desenvolveu 01 (uma) Iniciativa demandada pela sociedade. Na execução da meta regional, a unidade tem como responsabilidade o monitoramento e controle de 1.272 Organizações de Controle Social (OCS), garantindo o pleno funcionamento e cumprido o seu papel de conscientizar o agricultor familiar do valor agregado da agricultura orgânica. A execução orçamentária da iniciativa foi de 100% dos recursos, aplicados dentro do próprio exercício financeiro.

4.1.3.2 Iniciativas de Programa Temático 02xh - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro 32 - Iniciativas de Programa Temático 02xh

Identificação da Iniciativa						
Código	02xh					
Descrição	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário					
Objetivo	Código 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes as desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					
Unidade Responsável	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
675,72	675,72	459,28	459,28	0,00	0,00	459,28
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizar 100% dos Contratos de Repasse assinados durante o Exercício de 2012.	Unidade	21	05	675,72	459,28

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A superintendência, durante o exercício de referência, trabalhou para atender a meta da Iniciativa demandada pela sociedade através de análise de projetos elaborados pelas prefeituras e fiscalizando os contratos de repasse.

Na execução da meta regional, a unidade, em razão de contenção significativa do orçamento por parte do Órgão Central, não obteve o sucesso esperado no cumprimento da meta, tendo cumprido apenas 25% da eficácia na fiscalização em loco dos contratos de repasse. A execução orçamentária da iniciativa foi de 100% dos recursos, aplicados dentro do próprio exercício financeiro.

4.1.3.3 Iniciativas de Programa Temático 02xl - Coordenação e Fiscalização da Atividade Agrícola

Quadro 33 - Iniciativas de Programa Temático 02x1

Identificação da Iniciativa						
Código	02xl					
Descrição	Coordenação e Fiscalização da Atividade Agrícola					
Objetivo	Código 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					
Unidade Responsável	Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.240,00	2.240,00	2.119,79	2.119,79	0,00	0,00	2.119,79
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de 100% da pulverização aérea de agrotóxicos no Estado	Unidade	08	09	2.240,00	2.119,79

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Na Iniciativa 02xl, demanda sugerida pela sociedade, a SFA/SE desenvolve ação de fiscalização de serviços agrícolas, fiscalizando a aviação agrícola no Estado de Sergipe. A meta prevista foi de apenas 09 (nove) fiscalizações. No exercício de referência, somente uma empresa executou essa atividade, com o intuito de combater a praga “Cigarrinha”.

4.1.3.4 Iniciativas de Programa Temático 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais

Quadro 34 - Iniciativas de Programa Temático 012h

Identificação da Iniciativa						
Código	012h					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Objetivo	Código 0364 - Promover a sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.736,80	28.736,80	24.744,35	24.744,35	0,00	0,00	24.744,35
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola.	Há	21.910	21.910	0,00	0,00
02	Manter o Controle de Praga no Estado, Realizando 100% das Fiscalizações Programadas	Há	64.000	64.000	21.757,40	17.782,27
03	Manutenção de 100% da Área Reconhecidas como Livres de Praga Quarentenárias	Há	14.000	16.120	6.979,40	6.962,08

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A superintendência trabalhou para atender a meta da Iniciativa demandada pela sociedade. A prevenção acontece através da execução das ações de Erradicação da Mosca da Carambola, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos e a Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais. Na execução da meta regional, a unidade trabalhou em parceria com a Emdagro, alcançando as metas previstas para as ações desempenhadas, com eficácia de 100%.

4.1.3.5 Iniciativas de Programa Temático 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Quadro 35 - Iniciativas de Programa Temático 012i

Identificação da Iniciativa						
Código	012i					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Objetivo	Código 0364 - Promover a sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
74.258,00	74.258,00	66.735,71	40.361,84	26.373,87	0,00	40.361,84
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado.	Km2	21.962	21.962	44.152,00	42.834,72
02	Atendimento de 100% das Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.	Propriedade Atendida	10.700	13.100	30.106,00	23.900,99

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para atender essa demanda a unidade trabalha com ações de Erradicação da Febre Aftosa e a Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. Na execução da meta regional, a unidade realizou a meta em parceria com a Emdagro, onde foram alcançadas as metas previstas para as ações desempenhadas, com eficácia de 100% .

4.1.3.6 Iniciativas de Programa Temático 013e - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas

Quadro 36 - Iniciativas de Programa Temático 013e

Identificação da Iniciativa						
Código	013e					
Descrição	Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas.					
Objetivo	Código 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretária da Defesa Agropecuária – SDA / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.839,32	91.839,32	91.191,24	88.191,24	3.000,00	0,00	88.191,24
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações previstas	Unidade	159	105	35.855,79	35.595,44
02	Realizar 100% das fiscalizações previstas	Unidade	137	145	55.953,53	55.595,80

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta, a unidade executou ações de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e a Fiscalização de Sementes e Mudanças. Na execução da meta regional, a unidade, trabalhando em equipe interna composta por um Fiscal Federal e um Agente de Atividades Agropecuárias, atendeu a meta com eficácia de 90% para a iniciativa.

4.1.3.7 Iniciativas de Programa Temático 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.

Quadro 37 - Iniciativas de Programa Temático 013f

Identificação da Iniciativa						
Código	013f					
Descrição	Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
Objetivo	Código 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP / SDA / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.024,91	17.024,91	14.344,23	13.047,05	1.297,18	0,00	13.047,05
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas de Insumos para alimentação Animal	Unidade	128	129	9.914,41	9.415,11
02	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas de Produtos de Uso Veterinário	Unidade	84	99	6.302,50	4.406,36
03	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas de Material Genético Animal	Unidade	10	00	808,000	522,76

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta, a unidade executou ações de Fiscalização de Material Genético Animal, Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e a Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal. Na execução da meta regional, a unidade, trabalhando em equipe interna composta por um Fiscal Federal e um Agente de Atividades Agropecuárias, atendeu a meta com eficácia de 100%.

4.1.3.8 Iniciativas de Programa Temático 013h - Desenvolvimento e Modernização dos Instrumentos de Fiscalização de Atividade com OGM

Quadro 38 - Iniciativas de Programa Temático 013h

Identificação da Iniciativa						
Código	013h					
Descrição	Desenvolvimento e Modernização dos Instrumentos de Fiscalização de Atividade com OGM.					
Objetivo	Código 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Órgão ou Unidade Responsável	Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificado CBIO/ SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.951,36	7.951,36	7.936,17	7.936,17	0,00	0,00	7.936,17
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações previstas	Unidade	15	13	7.951,36	7.936,17

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta, a unidade executou a ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados. Na execução da meta regional, a unidade, trabalhando em equipe interna composta por um Fiscal Federal e um Agente de Atividades Agropecuárias, atendeu a meta com eficácia de 87% .

4.1.3.9 Iniciativas de Programa Temático 0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal

Quadro 39 - Iniciativas de Programa Temático 0278

Identificação da Iniciativa						
Código	0278					
Descrição	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA / SDA / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.758,44	91.758,44	88.163,61	87.178,94	984,67	0,00	87.178,94
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Inspanimal3	Unidade	9	9	91.758,44	88.163,61

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta a unidade executou a ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal. Na execução da meta regional, a unidade, trabalhando em equipe interna composta por três Fiscais Federais e seis Agentes de Atividades Agropecuárias, atendeu a meta com eficácia de 100%.

4.1.3.10 Iniciativas de Programa Temático 0279 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal.

Quadro 40 - Iniciativas de Programa Temático 0279

Identificação da Iniciativa						
Código	0279					
Descrição	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal.					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.061,26	9.061,26	8.803,21	8.553,21	250,00	0,00	8.553,21
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações e inspeções programadas para o exercício	Unidade	72	75	9.061,26	8.803,21

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta, a unidade executou a ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal. Na execução da meta regional, a unidade atendeu a meta com eficácia de 104%.

4.1.3.11 Iniciativas de Programa Temático 027a - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

Quadro 41 - Iniciativas de Programa Temático 027a

Identificação da Iniciativa						
Código	027a					
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.480,00	14.480,00	13.843,83	12.692,80	1.151,03	0,00	12.692,80
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações previstas	Unidade	100	144	14.480,00	13.843,83

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Para alcançar a meta, a unidade executou a ação de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Grãos. A unidade atendeu a meta com eficácia de 144%.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade

4.1.4.1 Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCONTRATO)

Quadro 42 – FISCONTRATO

Identificação da Ação						
Código	2B17					
Descrição	Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO					
Iniciativa	Código 02xh - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário					
Unidade Responsável	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
675,72	675,72	459,28	459,28			459,28
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Acompanhamento em Loco de 100% dos Contratos de Repasse em Vigência no Âmbito do Estado	Unidade	21	05	675,72	459,28

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

As ações de fiscalizações dos Contratos de Repasse são efetuadas em função dos recursos liberados pelo MAPA para os parlamentares (Deputados e Senadores), que são repassados da Caixa Econômica Federal para as Prefeituras, entidades, associações e etc. O objetivo é o apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, contribuindo em ações que tenham sustentabilidade no crescimento das comunidades rurais.

Durante o exercício foram aprovados trinta e seis planos do trabalho para vinte e sete prefeituras municipais, sendo os recursos empregados em obras de engenharia e patrulha mecanizada, beneficiando agricultores, produtores, comunidades e a sociedade municipal.

As principais melhorias realizadas com os recursos dos convênios são a patrulha mecanizada, preparo do solo, plantio, roçagem de pastos, limpeza de pequenas barragens, construção e recuperação da infraestruturas de mercados e matadouro.

Na fiscalização dos Contratos aprovados e recursos repassados em anos anteriores, foram fiscalizados 05 contratos em 03 prefeituras municipais, conforme a demanda do MAPA. Considerando que no Estado de Sergipe quase todos os municípios recebem repasse de recursos financeiros de emendas parlamentares, existe a necessidade de intensificar a fiscalização. No entanto, os recursos liberados anualmente são insignificantes.

A força de trabalho é reduzida, atualmente o quadro tem um Fiscal Federal, Engenheiro Agrônomo, um Geógrafo e um Agente de Atividades Agropecuárias, sendo urgente concurso público.

Das prefeituras fiscalizadas, somente em Nossa Senhora das Dores foram encontradas inconformidades em relação aos recursos alocados para a aquisição de equipamentos para o matadouro municipal. Todos os equipamentos foram adquiridos e montados, através do contrato de repasse nº 197320/2003, porem até a presente data nenhum animal foi abatido naquele local.

Em reunião com o a prefeitura, sugerimos conseguir recursos a fim de funcionar o matadouro. O prefeito informou que já havia encaminhado um projeto ao Governo Estadual e aguarda sua aprovação. A Prefeitura foi notificada através do ofício nº 734/2012.

4.1.4.2 Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1)

Quadro 43 – FISCAGRIC1

Identificação da Ação						
Código	2177					
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC1					
Iniciativa	Código 02xl - Coordenação e Fiscalização da Atividade Agrícola					
Unidade Responsável	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.240,00	2.240,00	2.119,79	2.119,79	0,00	0,00	2.119,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de 100% da Pulverização aérea de agrotóxicos no Estado	Unidade	08	09	2.240,00	2.119,79

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A aviação agrícola no Estado de Sergipe tem crescido anualmente devido aos benefícios que proporcionou na produtividade das culturas do milho e cana de açúcar. No exercício de 2012, duas empresas encaminharam requerimento à Superintendência da Agricultura para executar serviços de pulverização com agrotóxicos e fertilizantes. No entanto, somente uma empresa executou suas atividades no combate à praga conhecida como “Cigarrinha”.

Foram programadas oito fiscalizações e realizadas nove, mas essas atividades devem ser fiscalizadas em um número superior ao previsto. Para tanto necessitamos que os recursos financeiros sejam liberados na época correta e com valores suficientes para execução de um trabalho. Para coordenar essa ação é necessária maior permanência no campo e que o Fiscal Federal tenha um curso de coordenador de aviação agrícola. O curso foi solicitado a coordenação do MAPA, porem ainda não liberado.

A finalidade da Ação é controlar e combater as pragas que atacam as culturas do milho e da cana de açúcar. Prejudica o desenvolvimento das ações a falta de servidores. Durante o ano de 2012, um Fiscal Federal foi transferido e o substituto, aposentou-se.

Na rotina do trabalho é necessário que o cronograma financeiro comece a liberação no exercício do ano corrente e o quantitativo em valores seja discutido com o Coordenador Estadual. Os valores no Plano Operativo Anual (POA) estão completamente fora da realidade estadual.

4.1.4.3 Ação 4720 – Aplicação de Mecanismo de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN1)

Quadro 44 – CERTORGAN1

Identificação da Ação						
Código	4720					
Descrição	Aplicação de Mecanismo de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1					
Iniciativa	Código 02x3 - Fiscalizar Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade Orgânica, entregando à sociedade produtos Orgânicos com Qualidade.					
Unidade Responsável	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.258,62	8.258,62	7.334,23	7.334,23	0,00	0,00	7.334,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Monitorar e Controlar 100% das Organizações de Controle Social OCS	Unidade Controlada	1.272	1.272	8.258,62	7.334,23

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

O processo passa por visitas a trabalhos de campo, no sentido de mudanças, a fim de identificá-los, levando a informação para que os mesmos se organizem a formarem suas Organizações de Controle Social OCS's, tornando-os aptos a receber a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS.

O principal objetivo é a garantia da qualidade de produtos orgânicos. Até o exercício de 2012, cadastramos onze OCS's, constituídas por 185 agricultores familiares credenciados e inseridos na forma legal de produtores orgânicos. Estamos ainda com 02 OCS's em processo de cadastramento.

O crescimento das OCS's foi priorizado através do controle das áreas, na fiscalização e no acompanhamento por parte das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência técnica na produção. Os produtores comercializam através das feiras livres e na venda direta a CONAB, recebendo um adicional de 30% no preço dos seus produtos.

No exercício de 2012, o Fiscal Federal Agropecuário responsável pela atividade foi transferido. Outro Fiscal Federal Agropecuário assumiu o PI CETORGAN1 e as ações começaram a ser desenvolvidas, porem logo após aposentou-se.

Os recursos liberados são escassos para executar toda programação de fiscalizações, reuniões, palestras e manutenção de veículos. Nas execuções das metas houve uma parceria com os órgãos estaduais e entidades não governamentais, principalmente as que compõem a Comissão de Agricultura Orgânica (CPOrg/ SE).

4.1.4.4 Ação 2014 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DESEENORG)

Quadro 45 – DESEENORG

Identificação da Ação	
Código	2014
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESEENORG

Iniciativa	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.					
Unidade Responsável	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.334,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fomentar 100% produtores de Agricultura Orgânica	Pessoa Beneficiada	350	364	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

As ações têm a finalidade de aumentar o acesso de tecnologia aos agricultores orgânicos, através de palestras, reuniões, capacitação e conscientização. Algumas ações, como reuniões, palestras foram desenvolvidas na capital e no campo, aproveitando as fiscalizações do PI CETORGAN1 e assim eram levadas informações sobre a possibilidade da comercialização de orgânicos de acordo com a legislação atual.

As poucas ações que foram desenvolvidas, a SFA/SE buscou nos parceiros um braço forte para ajudar a execução de algumas ações. O grande gargalo foi a inexistência de recursos para desenvolver as atividade programadas. Há necessidade urgente da contratação de um Fiscal Federal Agropecuário para executar as ações do PI.

4.1.4.5 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos (VIGIFITO1)

Quadro 46 – VIGIFITO1

Identificação da Ação						
Código	2134					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos – VIGIFITO1					
Iniciativa	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.979,40	6.979,40	6.962,08	6.962,08	0,00	0,00	6.962,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações Previstas	Unidade	14.000	16.120	6.979,40	6.962,08

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

O controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos é executado pela Emdagro, sob a supervisão da SFA/SE. O controle visa manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de pragas quarentenárias. Destaca-se como principal resultado a ausência de registros de introdução de pragas quarentenárias, mantendo a citricultura sergipana livre de pragas quarentenárias.

A Certificação Fitossanitária de Origem (CFO) e a Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) são os instrumentos que viabilizam o comércio de vegetais seus produtos e insumos, minimizando os riscos de disseminação de pragas para áreas indenens. Portanto as supervisões e auditorias realizadas pela SFA/SE visam o aprimoramento na aplicação destes instrumentos.

As ações desenvolvidas contaram com suporte financeiro do MAPA através do convênio nº 743701/2010, firmado com o governo do Estado, visando à estruturação dos Postos de Fiscalização Agropecuária. O convenio vigeu até vigente até 31/12/2012.

4.1.4.6 Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL)

Quadro 47 – PCEVEGETAL

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL					
Iniciativa	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.757,40	21.757,40	17.782,27	17.782,27	0,00	0,00	17.782,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção de 100% da Área sob Controle de Pragas no Estado.	Ha	64.000	64.000	21.757,40	17.782,27

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A Agricultura Sergipana, com ênfase na citricultura, tem como principal fator competitivo a ausência de pragas quarentenárias. Sua disseminação causaria grandes prejuízos econômicos e sociais, tendo em vista que a nossa citricultura é desenvolvida principalmente por pequenos e médios produtores.

Com exceção do Moko da Bananeira, não há registro de ocorrência pragas quarentenárias no Estado de Sergipe. Portanto, evitar o ingresso e estabelecimento destas pragas e a erradicação do Moko da Bananeira, constituem-se objetivos a serem alcançados. Os levantamentos de detecção e inspeções fitossanitárias periódicas, bem como a educação sanitária, foram instrumentos estratégicos utilizados para alcançar os objetivos propostos.

As atividades referentes às ações da prevenção, controle e erradicação de pragas de vegetais foram desenvolvidas em parceria com a Emdagro e contaram com suporte financeiro do MAPA através do convênio nº 743701/2010 com vigência até 31.12.2012. Uma das metas foi o levantamento de 1100 propriedades visando detecção de pragas quarentenárias.

Com os resultados dos levantamentos realizados, a manutenção da sanidade vegetal, prevenção e controle de pragas exóticas foi alcançada e o estado de Sergipe mantém o status de livre das principais pragas quarentenárias presentes.

4.1.4.7 Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA)

Quadro 48 – ERRADMOSCA

Identificação da Ação	
Código	4738
Descrição	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA
Iniciativa	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola.	Há	2.191.034	2.191.034	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) é a principal praga da fruticultura, portanto seu monitoramento constante tem como objetivo de evitar a disseminação desta praga, no momento, restrita ao estado do Amapá. Nos levantamentos não foi detectado em nosso estado nenhum material suspeito. As ações desenvolvidas contaram com o suporte financeiro do MAPA/EMDAGRO através de convênio nº 743701/2010, vigente até 31/12/2012.

4.1.4.8 Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOS)

Quadro 49 – FEBREAFTOS

Identificação da Ação						
Código	4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS					
Iniciativa	Código 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
44.152,00	44.152,00	42.834,72	17.188,85	25.645,87	0,00	17.188,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado.	Km2	21.962	21.962	44.152,00	42.834,72

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

No que se refere à erradicação da Febre Aftosa, Sergipe detém desde 2001 o reconhecimento internacional de “Área livre de febre aftosa com vacinação” pela Organização Mundial de Saúde Animal/OIE. Em 2012 não ocorreu o repasse de recursos financeiros do convenio, uma vez que o convênio de defesa animal teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2012, a pedido da própria empresa executora (Emdagro).

Cumprimento das metas físicas: o alcance da meta estabelecida foi de **100%**.

Formula do Cálculo de Índice:

$$IAC = (ACE / ACP) \times 100 = (21.910 / 21.910) \times 100 = 100\%$$

$$IAC = \text{Índice Área Controlada (ACE)} = \text{Área Controlada Executada (ACP)} = \text{Área Controlada Prevista}$$

Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, o atraso na liberação dos recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA tenham dificultado os processos de aquisição de equipamentos necessários a execução de treinamentos e comparas de materiais.

Os resultados alcançados concorreram para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal tendo em vista a manutenção da Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. A inserção do estado junto ao circuito de área livre concorre para a valorização dos preços da produção pecuária.

Para a execução das ações de Erradicação da Febre Aftosa foram aplicados recursos financeiros na ordem de R\$ 22.606,31 (vinte e dois mil seiscentos e seis reais e trinta e um centavos).

4.1.4.9 Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)

Quadro 50 – PCEANIMAL

Identificação da Ação						
Código	8658					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL					
Iniciativa	Código 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.106,00	30.106,00	23.900,99	23.172,99	728,00	0,00	23.172,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Atendimento de 100% das propriedades com Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.	Unidade	10.700	13.100	30.106,00	23.900,99

Fonte: PPA 2012-2015 - SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL) atua normatizando e supervisionando as ações executadas pelo órgão estadual de defesa animal (Emdagro), através de delegação de competência por convenio nos seguintes programas: Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos (PNSS), Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

As principais ações são controle da notificação de enfermidades dos programas do Mapa, contingenciamento de influenza aviária, doença de Newcastle, contingenciamento de peste suína clássica, controle e erradicação do mormo e Anemia Infecciosa Equina (AIE), da brucelose bovina e tuberculose, raiva dos herbívoros e encefalite espongiiforme bovina. A principal dificuldade ocorreu em decorrência da falta de pessoal (Médicos veterinários) pois com somente 02 (dois) fiscais as atividades sofrem prejuízos na execução.

As atividades inerentes ao PI PCEANIMAL somente puderam ser executadas em virtude da transferência de setor de um fiscal federal agropecuário que autuou principalmente na fiscalização dos laboratórios de médicos veterinários habilitado pelo Mapa para execução de diagnóstico de brucelose e tuberculose, resultando em um cancelamento de 06 portarias de habilitação e no acompanhamento das atividades do convenio de saúde animal com a Emdagro.

Quanto às propriedades atendidas ocorreu superação de 22% da meta prevista devido á realização de 02 inquéritos, de tuberculose e para levantamento de peste suína clássica que resultaram em uma supervisão de um numero maior de propriedades atendidas (total previsto corrigido 10700 propriedades, realizado 13.100).

No contexto geral, as metas previstas no plano operativo foram executadas em 90% conforme previsto no plano de trabalho individual. Os recursos financeiros foram disponibilizados sempre que solicitados e não aplicação total ocorreu devido ao cancelamento do 3º encontro da Tuma especial do curso de especialização da defesa sanitária animal, no dia 20 de dezembro, fazendo com que os recursos financeiros para passagem aérea a e diárias do colaborador eventual fossem devolvidas.

Os recursos financeiros foram suficientes para execução das atividades programadas, sendo disponibilizado dentro do prazo previsto e executado dentro do próprio exercício financeiro, ficando inscrito em Resto a Pagar apenas 3 % dos valores executados.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, processos como:

Quadro 51 - Procedimentos Executados da Ação 8658

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Autorização de Importação	01	0	01
Denúncia	0	0	01
Outros	29	31	18
Saneamento de Foco	09	21	48
TOTAL	39	52	68

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento/2012

4.1.4.10 Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI)

Quadro 52 – FISFECOI

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI					
Iniciativa	Código 013e - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas.					
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.855,79	35.855,79	35.595,44	35.595,44	0,00	0,00	35.595,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	159	105	35.855,79	35.595,44

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Este programa tem como objetivo a intensificação da fiscalização na indústria, visando melhorar a qualidade dos fertilizantes. Avaliando os meios do processo de produção, bem como verificando a qualidade dos produtos através de análises fiscais. As principais dificuldades para realização das ações visando atingir os objetivos propostos foram:

- A carência de Fiscais Federais Agropecuário, pois, nas indústrias, a fiscalização fica prejudicada quando é feita apenas por um fiscal. Além do atraso nos trabalhos de escritório, como análises de requerimento de registros, relatorias de processos, autorização de importação, dentre outro;
- O afastamento devido a licença saúde do Agente de Atividade Agropecuária que apoiava o programa;
- Fatores administrativos diversos (limite de diária por servidor, liberação de recursos, atividade internas de registro de produtos e estabelecimento, relatoria de processo, etc.) que limitaram as viagens principalmente, nos meses de março, abril, maio e junho;
- Ineficiência dos sistemas de gestão de dados que força o retrabalho e em muito contribui para o não cumprimento das metas e principalmente sobrecarrega a cadeia produtiva com exigências ainda impressas em papel;
- Legislação antiga, baseada em Lei de 1980 e indecisão institucional sobre as atribuições do âmbito federal e estadual devido a inoperância e ou inviabilidade do sistema SUASA.

Regulamentar e fiscalizar a produção e comércio de insumos utilizados na agricultura brasileira é uma atividade de grande importância estratégica no cumprimento da missão do MAPA.

Neste contexto se destacam os fertilizantes, inoculantes e corretivos, insumos cuja qualidade interfere diretamente e imediatamente na produção do agronegócio brasileiro. Importância estratégica ainda maior, levando em conta o contexto globalizado do mercado de fertilizantes.

Em face da total ineficiência dos sistemas informatizados de apoio a gestão e processos nas SFA, bem como todo o aparato legal para se fazer valer efetivamente o sagrado direito a defesa nos processos administrativos, bem como nas análises fiscais de produtos há uma profusão de demandas burocráticas, tais como lavrar ofícios, memorandos, relatórios, despachos, juntar documentos, gerir processos e seus prazos legais, dentre outros. Todos estes nós geram uma imensa demanda de trabalho e retrabalho.

A meta principal referente a ação FISFECOI é mensurada pelo número de fiscalizações realizadas, número este composto pela soma das fiscalizações a estabelecimentos (normalmente medida pelo número de termos de fiscalização emitidos) e fiscalizações a produtos medidas somando o número de amostragem fiscais e produtos apreendidos.

O não cumprimento das metas de eficácia (105 realizadas de 159 programadas, 66%) reflete claramente a falta de FFA, uma vez que em 2011, houve o apoio de mais dois FFA, as metas foram facilmente superadas.

Sergipe se destaca como produtor de matérias primas para a fabricação de fertilizantes, possuindo duas importantes plantas. Uma de produção de cloreto de potássio (Vale) e outra de ureia, amônia (Petrobrás), que em 2013 produzirá sulfato de amônio. A qualidade destas matérias primas está claramente melhorando, o que demonstra todas as fiscalizações nos produtos e estabelecimentos.

Apesar do resultado da meta programada ser inferior ao previsto, muito foi feito nos processos intermediários que contribuiu para a solidificação da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, processos como:

Quadro 53 - Procedimentos Executados pela Ação 2141

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	49	54	25
Autorização de Importação	74	87	117
Credenciamento de Estabelecimento	0	0	1
Laudo de Vistoria de Estabelecimento	2	2	5
Registro de Estabelecimento Comercial	20	12	10
Registro de Estabelecimento Produtor	2	1	0
Registro de Produto	43	55	71
Relatório de Instrução 1º Instância	36	51	10
Termo Aditivo	25	18	16
Termo de Apreensão	11	14	1
Termo de Coleta de Amostra	125	80	66
Termo de Embargo	0	0	1
Termo de Fiscalização	137	48	42
Termo de Intimação	16	10	6
Termo de Liberação	7	14	3
Termo de Revelia	26	26	12
Termo de visita e Orientação	90	10	5
Termo de Vistoria	1	0	0
TOTAL	662	482	382

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.11 Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1)

Quadro 54 – FISCALSEM1

Identificação da Ação	
Código	2179
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1
Iniciativa	Código 013e - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.953,53	55.953,53	55.595,80	52.595,80	3.000,00	0,00	55.595,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício	Unidade	137	145	55.953,53	55.595,80

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Podemos destacar como nossa principal realização em 2012, o trabalho de fiscalização e coleta de amostras de sementes no comércio a fim de análise fiscal. Esse trabalho, que começou em 2011, porém se intensificou em 2012, nos permitiu ter uma maior idéia da complexidade dessa área, em especial no que diz a sementes de forrageiras, de modo que para o ano de 2013, traçaremos uma melhor estratégia para aperfeiçoar os trabalhos, onde procuraremos nos concentrar nos distribuidores de sementes no Estado de Sergipe.

Como dificuldades podemos destacar a falta de Fiscais (o ideal seria dois fiscais para atuar no PI FISCALSEM1) e de equipamentos como GPS e máquina fotográfica que apesar de programarmos as aquisições desses equipamentos deste o POA de 2009 ainda não foram adquiridos. É oportuno ressaltar que o GPS e a máquina fotográfica são equipamentos básicos e fundamentais na condução de uma boa ação de fiscalização.

A finalidade do PI FISCALSEM1 (Fiscalização de Sementes e Mudanças) é garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética. Para atingir este fim, utilizamos de registros, fiscalizações da produção e da comercialização de sementes e mudas; análises laboratoriais de amostras coletadas para verificação do atendimento aos padrões estabelecidos. As demandas não previstas ficaram a cargo de denúncias de produção de mudas cítricas clandestinas.

No que diz respeito ao cumprimento das metas do PI FISCALSEM no ano de 2012, consideramos bom. Programamos 137 fiscalizações e realizamos 145 fiscalizações, ou seja, superamos em, aproximadamente, 5,8% a meta programada para 2012 e tivemos um aumento no número de fiscalizações em torno de 21% (Meta executada) em relação ao ano de 2011.

Esse aumento é reflexo da ampliação da fiscalização do comércio de sementes que a SFA/SE vem realizando desde 2011, já que a Secretária de Agricultura do Governo do Estado de Sergipe alegou, em 2010, que não tem condições de exercer essa atividade. Como consideramos que o comércio de sementes é uma atividade de extrema importância e que não poderia ficar sem fiscalização por se tratar de um insumo básico e pelo fato de já sabermos de vários problemas relacionados à má qualidade das sementes comercializada em Sergipe, achamos oportuno priorizar essa atividade.

No entanto, para isso, tivemos que desviar esforços da fiscalização da produção de mudas, pois nessa área, a SFA/SE está atuando com apenas um Fiscal e um Agente de Atividade Agropecuária. Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização de Sementes e Mudanças, processos como:

Quadro 55 - Procedimentos Executados pela Ação 2179

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	5	13	19
Outros Serviços	06	10	12
Registro de Estabelecimento Comercial	33	18	3
Registro de Estabelecimento Produtor	5	7	1
Registro de Responsável Técnico	1	2	2

Relatório de Instrução 1º Instância	1	6	3
Registros, Credenciamentos ou Inscrições Diversas	0	8	9
Termo Aditivo	0	15	2
Termo de Coleta de Amostra	3	4	31
Termo de Embargo	2	0	3
Termo de Fiscalização	114	117	125
Termo de Interdição	0	0	0
Termo de Intimação	3	0	0
Termo de Liberação	0	0	0
Termo de Revelia	1	1	0
Termo de Suspensão de Comercialização	4	12	1
Termo de Vistoria	0	0	2
TOTAL	178	213	213

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.12 Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)

Quadro 56 – FISCGENE

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE					
Iniciativa	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
808,00	808,00	522,76	522,76	0,00	0,00	522,76
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	09	08	808,00	522,76

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A ação 2019 é responsável pela fiscalização do material de multiplicação animal em Sergipe. No Estado existem apenas 05 (cinco) estabelecimentos de multiplicação animal e estavam previstas 09 (nove) fiscalizações, foi planejada uma fiscalização para cada semestre o que suficiente para atender a iniciativa demandada, foram realizadas 08 (oito) fiscalizações correspondendo a 90% do total previsto, não havendo inconformidades nas fiscalizações realizadas.

A principal dificuldade refere-se à escassez de pessoal técnico, pois existe um acúmulo de atividades para somente um fiscal que acumula a chefia com a execução das atividades. Ocorreram ainda duas fiscalizações em estabelecimento de reprodução de suínos.

O macroprocesso desta ação refere-se à Fiscalização de Estabelecimentos de Reprodução, porem existem outras atividades que complementam a processo principal como: Registro de Estabelecimento, Emissão de Auto de Infração, Relatoria de Processo de Auto de Infração, etc. As demandas não previstas na ação ocorreram em detrimento da autuação de estabelecimento de reprodução de suídeos, em razão desrespeito a legislação vigente.

Quanto ao resultado das metas física e financeira, a Superintendência definiu 100% para a física e acima de 90% para a meta financeira, como resultado a ser alcançado para as metas, uma vez que são programadas pelo responsável técnico da ação.

Quando analisamos o resultado obtido durante das metas programadas para ação de Fiscalização de Estabelecimentos de Reprodução, verificamos que a meta física foi alcançada tendo o desempenho eficaz em 90% para as fiscalizações realizadas e com referência a aplicação recursos financeiros foi de 64,70% ficando abaixo do recomendado, o que remete a uma eficiência na execução do ponto de vista do indicador de economicidade.

O aporte de recursos financeiros foi suficiente para execução das atividades programadas, sendo disponibilizado dentro do prazo previsto e executado dentro do próprio exercício financeiro não havendo a necessidade de Resto a Pagar.

4.1.4.13 Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)

Quadro 57 – FISCINAN

Identificação da Ação						
Código	2124					
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN					
Iniciativa	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.914,41	9.914,41	9.415,11	8.246,52	1.168,59	0,00	9.415,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	128	129	9.914,41	9.415,11

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A ação tem como objetivo assegurar à qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal, tais como ingredientes, concentrados e suplementos. A meta programada quanto ao nº de estabelecimentos a serem fiscalizados foi 128 tendo sido realizada 129 fiscalizações com 3.005 produtos fiscalizados, dos quais 2.786 estavam conformes.

Os resultados alcançados demonstram nossa contribuição para com a qualidade dos alimentos para animais comercializados no Estado, sendo os produtos não conformes apreendidos cujo volume se traduz em algumas toneladas.

Quanto ao resultado das metas física e financeira, a Superintendência definiu 100% para a física e acima de 90% para a meta financeira, como resultado a ser alcançado para as metas, uma vez que são programadas pelo responsável técnico da ação, quando analisamos o resultado obtido durante o exercício das metas programadas para ação de fiscalização de insumos destinados à alimentação animal, verificamos foram atingidas tendo o desempenho eficaz em 100,8% para as fiscalizações realizadas e com aplicação de 94,9% dos recursos financeiros disponibilizados para a execução da ação.

As principais dificuldades encontradas ficam por conta da cobrança do seguimento afim quanto aos estabelecimentos que deixam de ser fiscalizados, pois não temos fiscais em número suficiente para dar uma melhor resposta ao seguimento e conseqüentemente à sociedade, apesar de entendermos que dificilmente existirá um número suficiente para aquilo que somos cobrados. É importante que o poder público prepare a sociedade para fazer a sua parte.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, processos como:

Quadro 58 - Procedimentos Executados pela Ação 2124

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	30	55	28
Cadastro de Estabelecimento Comercial	0	2	2
Laudo de Vistoria de Estabelecimento	0	1	0
Outros Serviços	0	2	3
Registro de Estabelecimento Produtor	3	0	1
Registro de Produto	2	3	3
Termo Aditivo	0	5	0
Termo de Apreensão	25	54	12
Termo de Coleta de Amostra	19	45	9
Termo de Desembargo	0	3	0
Termo de Embargo	1	0	0
Termo de Fiscalização	131	136	118
Termo de Interdição	0	0	0
Termo de Intimação	0	5	0
Termo de Liberação	0	4	0
TOTAL	185	315	176

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.14 Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET1)

Quadro 59 – FISPROVET1

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1					
Iniciativa	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.302,50	6.302,50	4.406,36	4.277,77	128,59		4.277,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	84	99	6.302,50	4.406,36

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A ação tem como finalidade assegurar a oferta de produtos de uso veterinário seguros e com qualidade, capazes de atender as necessidades dos criadores em geral. A meta programada foi a fiscalização de 84 estabelecimentos, tendo sido realizada 99 onde pudemos orientar os comerciantes e retirar de exposição centenas de produtos vencidos, sem registro entre outras ocorrências encontradas. Os resultados alcançados demonstram nossa contribuição para com a qualidade dos produtos de uso veterinário comercializados no Estado, onde os produtos não conformes foram apreendidos.

Quanto ao resultado das metas física e financeira, a Superintendência definiu 100% para a física e acima de 90% para a meta financeira, como resultado a ser alcançado para as metas, uma vez que são programadas pelo responsável técnico da ação.

Quando analisamos o resultado obtido durante o exercício das metas programadas para ação de fiscalização de produtos de uso veterinário, verificamos que as metas estão dentro do desejado pela unidade, tendo o desempenho eficaz em 117,8% para as fiscalizações realizadas e com aplicação de 69,9% dos recursos financeiros disponibilizados para a execução da ação, o que remete a uma eficiência na execução do ponto de vista do indicador de economicidade.

Mesmo com o bom desempenho na execução da fiscalização, entendemos que para a Superintendência trabalhar alinhada com a iniciativa do PPA 2012/2015 demandada pela sociedade (Aperfeiçoamento e a Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários), será necessário que a unidade emane esforços no sentido adotar medidas do tipo: realizar capacitação técnica, contratação de novos fiscais, estruturação dos equipamentos técnicos e incremento no credenciamento de novos laboratórios, o que não aconteceu no exercício.

Outras dificuldades encontradas ficam por conta da cobrança do seguimento afim quanto aos estabelecimentos que deixam de ser fiscalizados, pois não temos fiscais em número suficiente para dar uma melhor resposta ao seguimento e conseqüentemente à sociedade, apesar de entendermos que dificilmente existirá um número suficiente para aquilo que somos cobrados. É importante que o poder público prepare a sociedade para fazer a sua parte.

Os recursos financeiros foram suficientes para execução das atividades programadas, sendo disponibilizado dentro do prazo previsto e executado dentro do próprio exercício financeiro, ficando inscrito em Resto a Pagar apenas 2,9% dos valores executados.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, processos como:

Quadro 60 - Procedimentos Executados pela Ação 2140

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	28	27	26
Autorização de Importação	2	4	1
Cadastro de Estabelecimento	1	0	0
Registro de Estabelecimento Comercial	30	27	27
Renovação de Registro	0	1	0
Termo Aditivo	0	2	0
Termo de Apreensão	28	52	15
Termo de Coleta de Amostra	0	0	1
Termo de Embargo	0	1	0
Termo de Fiscalização	89	90	99
Termo de Liberação	2	13	0
TOTAL	180	217	177

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.15 Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)

Quadro 61 – FISCORGEN

Identificação da Ação						
Código	4745					
Descrição	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN					
Iniciativa	Código 013h - Desenvolvimento e Modernização dos Instrumentos de Fiscalização de Atividade com OGM.					
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.951,36	7.951,36	7.936,17	7.936,17	0,00	0,00	7.936,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	15	13	7.951,36	7.936,17

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

O objetivo do trabalho foi fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, verificando as distâncias mínimas obrigatórias para coexistência entre a lavoura de milho transgênica e a convencional dos vizinhos. A distância de isolamento é exigida pela Resolução Normativa nº 4 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança.

Segundo esta norma todo agricultor que cultiva milho geneticamente modificado precisa guardar uma distância do milho convencional de seu vizinho, de modo a garantir o cultivo dos diferentes sistemas de produção de milho. O objetivo deste isolamento é dar aos dois produtores a oportunidade de manter seus produtos diferenciados.

Deste modo a fiscalização das regras de coexistência tem importância fundamental na garantia do cumprimento desta norma. Neste sentido foram feitas fiscalizações, por amostragem, em agricultores que plantaram milho OGM visando o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores.

Como resultados verificaram nas fiscalizações o conhecimento e o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores atendendo assim as expectativas do trabalho. A carência de Fiscais Federais Agropecuários tem comprometido o cumprimento das metas estabelecidas, pois, estes estão atuando e mais de um Plano interno (PI), acarretando assim em uma sobrecarga de atividades burocráticas e de campo promovendo assim prejuízos ao cumprimento das metas estabelecidas.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, processos como:

Quadro 62 - Procedimentos executados pela Ação 4745

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	0	1	2
Termo de Coleta de Amostras	0	1	3
Termo de Fiscalização	10	10	13
Termo de Interdição	0	0	01
TOTAL	10	12	19

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.16 Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais (PADCLASSIF)

Quadro 63 - PADCLASSIF

Identificação da Ação							
Código	4746						
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais – PADCLASSIF						
Iniciativa	Código 027a - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.						
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE						
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
14.480,00	14.480,00	13.483,83	12.692,60	1.151,03	0,00	12.692,60	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Realizar 100% das Fiscalizações Previstas	Unidade	100	144	14.480,00	13.483,83	

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Garantir a comercialização de produtos de origem vegetal em conformidade com os padrões oficiais, avaliar os produtos vegetais importados de acordo com os padrões oficiais brasileiros, retirar do mercado produtos vegetais impróprios ou que possam ser prejudiciais a saúde humana e animal.

Avaliar também as estruturas e o serviço das entidades que requerem o credenciamento para a execução da classificação dos produtos de origem vegetal e visando exigir e preservar a qualidade dos produtos, empresas embaladoras de feijão, arroz, farinha e amendoim existentes no estado e empresas varejistas (Supermercados) que comercializam produtos vegetais com obrigatoriedade de classificação, foram submetidas a fiscalização fiscal com coletas de amostras.

Também foram realizadas coletas de amostras de 147.746,59 toneladas trigo importados desembarcadas no porto de Sergipe para fins de classificação visando à transformação em farinha de trigo.

4.1.4.17 Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL3)

Quadro 64 - INSPANIMAL3

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3					
Iniciativa	Código 0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.					
Unidade Responsável	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal– SIFISA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.758,44	91.758,44	88.163,61	87.178,94	984,67	0,00	87.178,94
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das Fiscalizações e Inspeções Programadas para os Estabelecimentos	Unidade	10	10	91.758,44	88.163,61

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

A ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal tem por objetivo a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal produzidos no Estado de Sergipe. Acompanha, supervisiona e fiscaliza a produção de produtos de origem animal tem por objetivo ainda o registro de produtos e aprovação de rotulagem de produtos cárneos e lácteos. Ainda atua no combate da fraude do leite e no controle de resíduos de substâncias proibidas na carne e no leite,

Ainda na execução ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal apontamos várias atividades que são realizadas que fazem parte da Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal como: foram analisados 49 produtos sendo que 51% apresentaram-se conformes e 49% inconformes resultando em 05 autos de infração. Quanto ao registro de estabelecimentos foram efetuados três que ainda encontram-se em processo de registro. E produtos 05 produtos solicitaram registros, entretanto apresentaram inconformidades na entrega de documentação.

A principal dificuldade na execução da ação foi em decorrência da falta de médicos veterinários (fiscais) e por motivo licença médica do médico veterinário responsável técnico pelo leite. As ações de supervisão ficaram prejudicadas em razão do motivo explicado anteriormente.

As metas previstas no Siplan foram cumpridas, entretanto no Plano operativo anual as metas de supervisão de estabelecimentos ficaram prejudicadas em decorrência da licença médica do fiscal responsável pela área, sendo realizadas 05 de um total programado de 09. As metas de fiscalização e colheita de material foram executadas em 90% do total conforme previsão de metas individuais do plano de trabalho.

A falta de pessoal prejudica principalmente as ações de relatoria de processos e julgamentos além e implica na demora da análise e aprovação de rotulagem dos produtos, Os recursos financeiros foram alocados em tempo e foram disponibilizados quando solicitados.

O que acarretou problemas foram às solicitações de liberação de diárias para servidores com 40 diárias, que chegavam com atrasos significativos. Acontece que no ano de 2012, duas empresas entraram em regime especial de fiscalização, demandando um numero de fiscalizações até a saída do REF, pelo estabelecimento produtor, Fato, esse que associado ao pequeno numero de servidores contribuiu para que as 40 diárias fossem logo ultrapassadas.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, processos como:

Quadro 65 - Procedimentos executados pela Ação 8938

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	57	23	15
Autorização de Importação	31	52	18
Cancelamento de Registro	0	1	0
Denúncia	0	0	2
Outros	25	11	4
Registro de Estabelecimento Comercial	0	0	1
Relatório de Instrução 1º Instância	0	1	3
Saneamento de Foco	0	0	1
Termo de Apreensão	0	2	2
Termo de Desembargo	0	1	0
Termo de Interdição	0	2	1
TOTAL	113	93	48

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.18 Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)

Quadro 66 - IPVEGETAL

Identificação da Ação						
Código	8939					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2					
Iniciativa	Código 0279 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal.					
Unidade Responsável	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.061,26	9.061,26	8.803,21	8.553,21	250,00	0,00	8.553,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% das fiscalizações e inspeções	Unidade	72	75	9.061,26	8.803,21

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Análise Crítica

Embora a meta do SIPLAN seja com vista à Inspeção Industrial, complementando a mesma são executadas várias ações que demandam recursos humanos e financeiros como: Fiscalização no Comércio, Registro de Estabelecimentos, Registro de Produtos, Colheita de Amostras, Certificado de Origem para Exportação e Certificado de Inspeção Para Importação.

Os trabalhos foram realizados dentro dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados e parte do comércio das principais cidades do

Estado. Neste ano de 2012 foi dada uma atenção especial a fiscalização de fábricas que trabalham com produtos mais perecíveis, no processo produtivo, como fábricas de polpa e suco de frutas.

A principal dificuldade na área de bebidas e vinagres é a carência de pessoal, pois para atender a necessidade do serviço, seriam necessários dois Fiscais Federais Agropecuários (FFA) e um Agente de Atividade Agropecuária (AAA). No momento a equipe é composta por um FFA e um AAA, sendo que o FFA está em vias de aposentadoria.

Esta demanda de pessoal se faz necessária em vista que temos no momento 35 estabelecimentos produtores registrados. Porém as ações não se restringem apenas a fiscalização dos estabelecimentos produtores, onde foram realizadas 74 fiscalizações ao longo de 2012.

Outras atividades também foram desenvolvidas conforme descritas e quantificadas: Registro de estabelecimentos (05); Registro de produtos (111); Colheita de amostras (15); Certificado de origem para exportação de bebidas (11); Certificado de inspeção de importação de bebidas (02); Fiscalização do comércio (75); Alteração de registro de produto (04); Alteração de registro de estabelecimento (01); Renovação de registro de produto (23). Todo este trabalho demanda de muito tempo.

Destacamos ainda a importância da fiscalização do comércio que visa a conscientização dos comerciantes e o impedimento do comércio de produtos clandestinos. Outra dificuldade no ano de 2012 foi a escassez de recursos financeiros que impediu a fiscalização em regiões estratégicas do interior do Estado.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, processos como:

Quadro 67 - Procedimentos executados pela Ação 8939

Procedimentos Executados	2010	2011	2012
Auto de Infração	0	2	1
Autorização de Exportação	0	4	09
Alteração de Registro de Produto	0	0	04
Certificado de Origem para Exportação de Bebidas	0	0	11
Certificado de Inspeção de importação de Bebidas	0	0	02
Registro de Estabelecimento Comercial	1	1	02
Registro de Estabelecimento Produtor	0	1	04
Registro de Produto	16	23	111
Renovação de Registro de Produto	0	0	23
Termo de Coleta de Amostras	2	0	15
TOTAL	21	31	182

Fonte: CPP – Sistema de Controle de Processo e Procedimento

4.1.4.19 Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos (FISCPLANTA)

Quadro 68 - FISCPLANTA

Identificação da Ação						
Código	2180					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos (FISCPLANTA)					
Iniciativa	Código 012J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.					
Unidade Responsável	Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% da Fiscalização da Partida Demandada.	Unidade	50	46	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

Analise Crítica

Observamos grande incremento nas importações de trigo e fertilizantes. No período não houve liberação de recursos financeiros, apesar da elaboração de Plano Operativo que foi solicitado. A coordenação geral do Vigiagro não promoveu nenhum curso e/ou reunião técnica de qualquer natureza.

A extinção da gestão das unidades trouxe dificuldades na execução, organização e controle do trabalho. Ainda assim, a vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos realizou a seguintes atividades emitidos 46 termos de fiscalização, 60 anuências de liberação de importação e inspecionadas 46 partidas. Como fruto destas atividades foram liberadas para importação de 217.816 toneladas de fertilizantes e 136.673 toneladas de trigo em grão.

4.1.4.20 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos (FISCANIMAL)

Quadro 69 - FISCANIMAL

Identificação da Ação						
Código	2181					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL.					
Iniciativa	Código 012J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.					
Unidade Responsável	Divisão de Defesa Agropecuária – DDA / SFA/SE					
Unidade Orçamentária	130028 – Superintendência Federal da Agricultura no estado de Sergipe – SFA/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 100% da fiscalização da partida demandada	Unidade	29	38	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015 – SIPLAN e SIAFI

4.1.5 Produtos Gerados

Apresentamos os produtos gerados pelas ações desempenhadas pela SFA/SE no Estado. Percebemos que houve um incremento nas atividades da unidade de Registro de Estabelecimento Comercial na ordem de 45 (quarenta e cinco), assim como de 06 (seis) Estabelecimentos Produtores e registro de 175 novos produtos.

Nos últimos anos este incremento de serviços vem se mantendo, o que é preocupante, uma vez que a cada exercício aumenta a vacância para Fiscais Federais e Agentes de Atividades Agropecuárias por diversas razões e, não tem perspectiva de incremento de mão-de-obra principalmente para os cargos que atuam diretamente na execução destes serviços.

Quadro 70 – Produtos Gerados

TIPO DE PROCESSO	SERVIÇOS DA SFA/SE													Total
	Alimentos para Animais	Classificação Vegetal	Defesa Animal	Defesa Vegetal	Fertilizantes	Inspeção Animal	Inspeção Vegetal	Material Genético	OGM	Outros	Produtos Veterinários	Sementes e mudas	Vigiagro Vegetal	
Auto de Infração	28	0	0	0	25	15	01	01	02	0	26	19	0	117
Autorização de Importação	0	0	01	0	117	18	0	0	0	0	04	0	01	141
Denúncia	0	0	01	0	0	02	0	0	0	0	0	0	0	03
Exportação	0	0	0	0	0	0	09	0	0	0	0	0	0	09
Laudo Vistoria de Estabelecimento	0	0	0	0	05	0	0	0	0	0	0	0	0	05
Outros Serviços	03	04	18	01	0	04	01	0	0	01	01	12	01	46
Registro Estabelecimento Comercial	02	0	0	0	10	01	02	0	0	0	27	03	0	45
Registro Estabelecimento Produtor	01	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	01	0	06
Registro de Produto	03	0	0	0	71	0	101	0	0	0	0	0	0	175
Registro de Responsável Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	02	0	02
Registro, Cred. ou Inscrições Diversas	0	01	0	0	01	0	0	0	0	0	0	09	0	11
Relatório de Instrução 1º Instância	0	0	0	0	10	03	0	0	0	0	0	03	0	16
Renovação de Registro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	0	01
Saneamento de Foco	0	0	48	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	49
Termo Aditivo	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	02	0	18
Termo de Apreensão	12	0	0	0	01	02	0	0	0	0	15	0	0	30
Termo de Coleta de Amostra	09	0	0	0	66	0	0	0	03	0	0	31	0	109
Termo de Embargo	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	03	0	04
Termo de Fiscalização	118	144	0	0	42	0	75	08	13	0	99	125	0	549
Termo de Intimação	0	0	0	0	06	0	0	0	0	0	0	0	0	06
Termo de Interdição	0	0	0	0	0	01	0	0	01	0	0	0	0	02
Termo de Liberação	0	0	0	0	03	0	0	0	0	0	0	0	0	03
Termo de Revelia	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Termo de Visita e Orientação	0	0	0	0	05	0	0	0	0	0	0	02	0	07
Termo Suspensão e Comercialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	01
TOTAL	176	149	68	01	391	47	193	09	19	01	173	213	02	1.442

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 71 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130101	130028	09272008901810001	38.667,32	-	-
				2012120141K400001	-	-	6.104,74
				20122210520000001	-	-	2.455,50
				20122210547160001	-	-	600.009,28
				2012520142B170001	-	-	675,72
				20125201421770001	-	-	2.240,00
				20215201447200001	-	-	8.258,62
				20125202820190001	-	-	808,00
				20125202821240001	-	-	9.914,41
				20125202821400001	-	-	6.302,50
				20125202821410001	-	-	35.885,79
				20125202821790001	-	-	55.953,53
				20125202829090001	-	-	4.794,35
				20125202847450001	-	-	7.951,36
				20125202847460001	-	-	14.480,00
				20125202889380001	-	-	91.758,44
				20125202889390001	-	-	9.061,26
				20128210545720001	-	-	39.962,36
				20602201485980001	-	-	617,36
		20603202821340001	-	-	6.979,40		
		20603202885720001	-	-	21.757,40		
		20604202848420001	-	-	44.152,00		
		20604202886580001	-	-	30.106,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	113802	130028	04122211120000001	-	-	231.675,83
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130101	130028	20122210547160001	154.372,93	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (2012)

4.2.2 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

4.2.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 72 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	911.848,13	1.276.440,00	655.184,33	535.320,00
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	911.848,13	1.276.440,00	655.184,33	535.320,00
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	162.309,60	254.473,00	148.229,27	221.044,00
g) Dispensa	92.896,71	158.788,00	84.764,82	133.013,00

h) Inexigibilidade	69.412,89	95.685,00	63.464,45	88.031,00
3. Regime de Execução Especial	8.111,70	10.226,00	7.351,09	8.107,00
a) Suprimento de Fundos	8.111,70	10.226,00	7.351,09	8.107,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	198.296,06	188.434,00	198.296,06	188.434,00
b) Pagamento em Folha	-	-	-	-
c) Diárias	198.296,06	188.434,00	198.296,06	188.434,00
5. Outros	2.641,58	-	2.605,31-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	1.283.207,07	1.729.573,00	1.011.666,06	952.905,00

Fonte: SIAFI (2012)

4.2.2.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 73 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.667,32	0,00
319008.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.667,32	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	1.128.834,14	1.036.454,00	1.000.588,63	963.719,00	128.245,51	72.735,00	991.104,47	959.303,00
339037.00	405.590,51	364.409,00	381.019,71	333.013,00	24.570,80	31.396,00	379.961,57	333.013,00
339039.00	336.440,41	289.319,00	239.021,50	258.258,00	97.418,91	31.061,00	231.840,65	258.257,00
339014.00	198.296,06	188.434,00	198.296,06	188.434,00	0,00	0,00	198.296,06	188.434,00
Demais elementos do grupo	188.507,16	194.292,00	182.251,36	184.014,00	6.255,80	10.278,00	181.006,19	179.599,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	154.372,93	697.519,00	44.742,20	-	109.630,73	697.519,00	21.322,20	0,00
449052.00	154.372,93	697.519,00	44.742,20	-	109.630,73	697.519,00	21.322,20	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise crítica

Os créditos foram descentralizados em conformidade com programação lançada em sistema informatizado (SIOR) atendendo limite definido pelo órgão central.

O resultado obtido segue gestão local alinhada à legislação, ou seja, execução prioriza contratação na modalidade de Pregão (71%). Verifica-se que o montante dependido com Locação de mão de obra (339037) é o de maior impacto nas despesas da SFA/SE, seguido pelas despesas com Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039), contudo guardam a mesma proporção dos anos anteriores e estão diretamente relacionadas aos contratos continuados em vigência na unidade.

Embora não tenha havido contingenciamento de créditos orçamentários em 2012, verifica-se que o total das despesas Empenhadas/Liquidadas teve um acréscimo de aproximadamente 9% em relação ao exercício anterior, percentual inferior ao acréscimo das despesas com Locação de mão de obra (339037), que foi de 11% e das despesas com Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039) que atingiu 16%.

No exercício de 2012, o recebimento de créditos provenientes do DNOCS (movimentação externa), a título de ressarcimento de despesas em virtude de ocupação de parte do imóvel da SFA/SE, pode ser considerado um evento positivo, visto que permitiu a realização de ação constante no Plano de Melhorias.

RELATORIO DE GESTÃO – PARTE 5

5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 74 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	4.415,10	0,00	4.415,10	0,00
2010	2.506.044,81	0,00	2.506.044,81	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	770.255,12	20.267,90	749.987,22	0,00
2010	593.855,75	187.973,95	405.881,80	0,00

Fonte: SIAFI (2012)

Análise Crítica

Saldos inscritos em Restos a Pagar na SFA/SE são, basicamente, provenientes de pregões realizados no final do exercício, sem tempo hábil para entrega ou execução dos serviços licitados (RP não processado). Os pregões são realizados no final do exercício considerando que a descentralização de crédito ocorre, em maior volume, no último trimestre.

Já os saldos inscritos em RP Processado são gerados pelo não repasse de recurso financeiro que permita o pagamento da despesa no próprio exercício. Verifica-se que em ambos os casos a inscrição independe da gestão interna, no entanto cuida-se para que não haja necessidade da prorrogação do RP, realizando o pagamento e/ou cancelamento do montante inscrito para que os saldos não ultrapassem o exercício seguinte.

5.2 Transferências de Recursos

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 75.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE									
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30					UG/GESTÃO: 130028 - 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	742421/2010	13.108.295/0001-66	2.109,985,	210.998,5	0,00	0,00	30/06/10	31/12/12	1
1	743701/2010	13.108.295/0001-66	677.300,	69.000,	0,00	0,00	01/07/10	31/12/12	1
2	29138/2012	13.112.511/0001-47	250.000,	6.250,	243.750,	243.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	27577/2012	13.000.609/0001-02	300.000,	7.500,	292.500,	292.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	15604/2012	13.118.435/0001-87	250.000,	6.250,	243.750,	243.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	15453/2012	13.100.102/0001-20	400.000,	10.000,	390.000,	390.000,	31/12/12	31/13/13	1
2	06326/2012	13.096.029/0001-60	150.000,	3.750,	146.250,	146.250,	31/12/12	31/12/13	1
2	49592/2012	13.109.350/0001-32	453.500,	10.000,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	49584/2012	13.109.350/0001-32	205.000,	5.000,	200.00,	200.00,	31/12/12	31/12/13	1
2	54131/2012	13.114.533/0001-46	200.000,	5.000,	195.000,	195.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	49601/2012	13.109.350/0001-32	250.000,	6.250,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	50903/2012	13.120.613/0001-04	250.000,	6.250,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	51255/2012	13.112.511/0001-47	250.000,	6.250,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	50040/2012	13.095.260/0001-30	250.000,	6.250,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	49571/2012	13.104.704/0001-10	254.000,	10.250,	443.500,	443.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	46742/2012	13.114.004/0001-42	500.000,	12.500,	487.500,	487.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	47893/2012	13.114.533/0001-46	195.000,	4.875,	190.125,	190.125,	31/12/12	31/12/13	1
2	54836/2012	13.120.613/0001-04	300.000,	9.000,	291.000,	291.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	03197/2012	13.104.112/0001-34	450.000,	11.250,	438.750,	438.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	02023/2012	13.117.320/0001-78	400.000,	10.000,	390.000,	390.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	00278/2012	13.104.757/0001-77	170.000,	4.250,	165.750,	165.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	00330/2012	13.112.289/0001-82	170.000,	4.250,	165.750,	165.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	00277/2012	13.044.222/0001-62	180.000,	4.500,	175.500,	175.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	16571/2012	13.113.766/0001-24	253.750,	10.000,	243.750,	243.750,	31/12/12	31/12/13	1

Quadro 75.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE									
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30					UG/GESTÃO: 130028 - 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	12494/2012	13.114.004/0001-42	400.000,	10.000,	390.000,	390.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	13244/2012	13.120.255/0001-23	1.040.000,	94.250,	945.750,	945.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	00687/2012	13.113.626/0001-56	500.000,	12.500,	487.500,	487.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	01694/2012	13.112.875/0001-27	250.000,	6.250,	243.750,	243.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	13268/2012	13.119.300/0001-36	350.000,	8.750,	341.250,	341.250,	31/12/12	31/12/13	1
2	19146/2012	13.104.112/0001-34	250.000,	5.000,	245.000,	245.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	00325/2012	13.128.863/0001-90	324.825,	32.325,	292.500,	292.500,	31/12/12	31/12/13	1
2	16784/2012	13.166.970/0001-03	210.000,	15.000,	195.000,	195.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	16074/2012	13.097.050/0001-80	641.333,	175.583,	438.750,	438.750,	31/12/12	31/12/13	1
2	12607/2012	13.100.102/0001-20	345.000,	8.625,	336.375,	336.375,	31/12/12	31/13/13	1
2	18156/2012	13.098.736/0001-96	150.000,	3.750,	146.250,	146.250,	31/12/12	31/13/13	1
2	20909/2012	13.110.408/0001-68	500.000,	61.250,	438.750,	438.750,	31/12/12	31/13/13	1
2	24407/2012	13.104.704/0001-10	976.278,	79.284,	897.000,	897.000,	31/12/12	31/12/13	1
2	24899/2012	13.112.222/0001-48	207.000,	12.000,	195.000,	195.000,	31/12/12	31/12/13	1

LEGENDA					
Modalidade:			Situação da Transferência:		
1 - Convênio			1 - Adimplente		
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente		
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa		
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído		
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído		
			6 - Rescindido		
			7 - Arquivado		

Fonte: Siconv (2012)

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 76 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE						
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30				UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	4	0,00	2.507.286,50	83.970,
Contrato de Repasse	36	21	49	7.522.375,00	9.593.600,00	9.593.600,
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	--
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	36	21	53	7.522.375,00	12.100.886,50	9.677.570,

Fonte: Siconv e Siafi (2012)

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro 77 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30			UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	0,00	-	-
Contrato de Repasse	36	12.313.250,00	0,00	12.313.250,00	0%
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	36	12.313.250,00	0,00	12.313.250,00	0%

Fonte: Siconv e Siafi (2012)

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 78 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30			UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	2.507.286,50	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-

	Prestadas	Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siconv e Siafi (2012)

5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 79 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30			UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	02	-
		Montante Repassado (R\$)		2.507.286,50	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	-	-
			Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: Siconv e Siafi (2012)

Análise Crítica

A superintendência não celebrou convênio, contrato de repasse ou termo de cooperação técnica durante o ano de 2012, porém atualmente existem em plena execução 02 (dois) convênios de: Defesa Animal e Vegetal com vigência até 31 de dezembro 2012.

No caso dos Contratos de Repasse a superintendência aprovou trinta e seis projetos de emendas orçamentárias, sendo 60% de patrulha mecanizada e 40% de investimento em obras, tornando-os aptos para a celebração entre a Caixa Econômica Federal e as prefeituras.

Os dois instrumentos celebrados em 2010 referem-se aos convênios de defesa animal e vegetal, vigentes até 31 de dezembro 2012. Os convênios tiveram a execução do objeto firmado acompanhada em loco.

A responsabilidade da superintendência, no caso dos contratos de repasse é apenas acompanhar em loco a execução do objeto pactuado e a emitir parecer técnico sobre as exigências previstas no instrumento legal. A análise da prestação de contas cabe a Caixa Econômica Federal.

No gerenciamento das transferências voluntárias, a unidade designa, através de portaria, dois fiscais federais. Um deles para realizar o parecer de viabilidade técnica e outro para fazer o acompanhamento em loco da execução de etapas e de metas. Para o fiscal realizar o acompanhamento em loco, a unidade disponibilizou recursos financeiros, sistema informatizado e veículo.

Nos três últimos exercícios a superintendência repassou ou viabilizou para os convenientes recursos financeiros na ordem de R\$ 29.300.831,50, incluídos os Contratos de Repasses, sendo que destes R\$ 83.970,00 já foram executados e aprovados depois de objeto de análises por parte da própria unidade, atualmente encontra-se em fase de análise da Prestação de Contas o montante de R\$ 2.507.286,00 e em execução os valores na ordem de R\$ 7.522.375,00, através dos Contratos de Repasses celebrados com s municípios.

5.3 Suprimento de Fundos

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 80 – Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130028	Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe	-	-	8.111,70	8.111,70
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	-	8.111,70	8.111,70

5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 81 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130028	Limite de Utilização da UG			20.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor Saque	Fatura	Total
Paulo Fernando de Oliviera	023.210.845-53	500,00	-	449,39	449,39
Edmilson Lopes da Silva	100.381.915-04	500,00	-	239,66	239,66
Osmar Carvalho Machado	112.763.475-53	500,00	-	228,12	228,12
Ariosvaldo Santos Porto	120.007.015-15	500,00	-	50,00	50,00
José Diógenes Pinheiro Junior	121.200.573-20	500,00	-	2.061,16	2.061,16
Getúlio Soares de Lima	127.296.555-49	500,00	-	120,00	120,00
Luiz Ferreira Aragão	190.083.685-87	500,00	-	2.184,49	2.184,49
Ataíde Magalhães Setúbal Neto	191.505.805-82	500,00	-	1.101,83	1.101,83
Edmilson de Almeida Vieira	221.279.251-49	500,00	-	676,55	676,55
Ronaldo Nunes da Silva	313.344.314-34	500,00	-	659,06	659,06
Cristina de Assis Patroclo	562.390.337-15	500,00	-	100,19	100,19
Carlos Alexshander Macedo Borges	704.616.945-49	500,00	-	241,25	241,25
Total Utilizado pela UG			-	8.111,70	8.111,70
Total Utilizado pela UJ			-	8.111,70	8.111,70

Fonte: SIAFI (2012)

5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo

Quadro 82 – Despesas realizadas por meio da conta Tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	-	-	12	8.111,70	8.111,70
2011	-	-	01	105,34	09	8.692,40	8.797,74
2010	-	-	02	806,00	15	7.300,61	8.106,61

Fonte: SIAFI (2012)

5.4.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 83 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos						
Situação	Conta Tipo “B”					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Situação	CPGF					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	31	8.111,70	28	8.797,74	34	8.106,61

Análise Crítica

A concessão de suprimentos de fundo a servidor obedece ao Decreto nº 93.872/1986, à Portaria 95/2002 do Ministério da Fazenda e às disposições do manual do SIAFI. No ano de 2012 foram respeitados todos os prazos e restrições para utilização de suprimento de fundos. Os recursos concedidos foram utilizados para aquisição de combustível, insumo necessário para abastecer veículos em trânsito nas atividades de fiscalização agropecuária realizadas no interior do estado de Sergipe.

RELATORIO DE GESTÃO – PARTE 6

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição

Quadro 84 – Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	54	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	54	0	3
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	54	0	0
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	54	0	3

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva

Quadro 85 – Situações que reduzem a força de trabalho – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	9

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 86 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	11	11	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	17	0	0

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade

Quadro 87 – Quantidade de servidores por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	3	13	25	12
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1	3	13	25	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	1	3	13	25	12

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade

Quadro 88 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	3	26	23	0	0	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	3	26	23	0	0	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	3	26	23	0	0	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 89 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	2.267.368,43	-	2.255.294,52	412.354,39	154.574,39	66.837,00	24.486,98	-	6.819,58	5.187.735,29
	2011	2.685.859,64	-	2.703.289,06	573.908,94	186.859,58	55.537,00	55.537,00	-	15.179,03	6.247.486,86
	2010	2.261.831,67	-	2.694.409,10	496.184,10	208.142,33	40.596,00	40.596,00	13.942,27	65.493,53	6.156.533,33
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	48.066,89	-	9.363,60	-	2.564,64	1.936,00	643,58	-	267,55	62.842,26
	2011	199.121,30	-	84.073,40	-	17.476,58	7.130,00	2.042,55	-	359,64	310.203,47
	2010	114.110,14	-	55.016,93	-	11.806,16	3.613,00	2.019,60	-	480,76	187.046,59
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	581.940,78	96.922,78	560.883,46	143.734,17	20.248,00	18.770,50	485,05	-	1.182,50	1.424.167,24
	2011	522.470,17	111.193,34	496.205,29	119.556,50	18.134,00	7.759,84	1.697,66	-	1.172,59	1.278.909,39
	2010	444.906,28	101.132,38	430.419,61	84.283,36	18.558,00	3.837,29	5.917,64	-	3.244,77	1.092.299,33
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	597.978,01	56.928,47	203.161,88	32.502,16	32.502,16	46.188,67	18.355,00	-	12.466,19	971.205,35
	2011	510.940,31	49.604,02	267.107,72	267.107,72	64.295,38	39.839,62	17.588,48	-	3.552,79	955.397,61
	2010	568.486,43	56.948,78	231.468,60	231.468,60	45.440,16	46.664,92	19.493,20	-	9.477,76	982.397,86

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 90 - Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	80	3
1.1 Voluntária	71	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	8	0
1.4 Outras	1	0
2. Proporcional	90	0
2.1 Voluntária	88	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	170	3

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas

Quadro 91 - Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	314	5
1.1. Integral	197	3
1.2. Proporcional	117	2
2. Em Atividade	88	0
3. Total (1+2)	402	5

Fonte: SIAPE (2012)

6.1.5 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 92 – Atos sujeitos ao registro do TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	3	0	3	0
Concessão de pensão civil	5	13	6	13
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	0	1	0
Totais	9	13	10	13

Quadro 93 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Quadro 94 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	2	0	0
Concessão de pensão civil	4	2	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	1	0	0
Total	5	5	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

6.1.5.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 95 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.5.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro 96 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Quadro 97 - Indicadores de Recursos Humanos

Processo	Indicador	Meta	2010	2011	2012	Desempenho
Concessão de Benefício	Pensão incluída no SISAC (%)	100	100	100	100	=
	Aposentadoria incluída no SISAC (%)	100	100	0	100	=
	Quantidade de Auxílio Funeral Concedido		11	12	09	
	Quantidade de Auxílio Natalidade Concedido		00	01	00	
	Servidores Beneficiados com Auxílio Alimentação (%)		97	97	95	
	Servidores Beneficiados com de Auxílio Transporte (%)		43	34	30	
	Servidores Beneficiados com Auxílio Insalubridade (%)		45	44	44	
Servidores Beneficiados com Auxílio Pré-Escolar (%)		07	08	06		
Licença Médica	Dias de Afastamento por Licença Médica	< 5	1,68	0,14	1,83	
Capacitação	Universalização das ações de capacitação (%)	100	65	87	84	
	Horas de Capacitação		2.511	2.088	1390	
Recadastramento	Recadastramento de Aposentados (%)	100	80	100	94	
	Recadastramento de Pensionistas (%)	100	83	99	97	

LEGENDA	
MELHOR	
PIOR	
IGUAL	=

Fonte: Indicadores de Desempenho (2012)

Quadro 98 - Indicadores de Recursos Humanos

Área	Indicador	Modalidade	Fórmula	Resultado	
				2011	2012
RECURSOS HUMANOS	Índice de dias de afastamento por Licença Médica (dias)	EFICÁCIA	$(n^\circ \text{ de dias de afastamento} / n^\circ \text{ de servidores} \times \text{período apurado}) * 100$	0,14	1,83
	* Índice de Servidores Afastados (SA) por Licença Médica	EFICÁCIA	$(n^\circ \text{ de SA} / n^\circ \text{ total de SA}) * 100$	1,64	7,02
	* Índice de Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) afastados	EFICÁCIA	$(\text{FFA's} \text{ afastados} / \text{FFA's} \text{ ativos}) * 100$	0,00	6,25
	* Índice de Técnicos Agropecuários (TA) afastados	EFICÁCIA	$(\text{TA} \text{ afastados} / \text{TA} \text{ ativos}) * 100$	0,00	13,33
	* Índice de Agentes Administrativos (AA) afastados	EFICÁCIA	$(\text{AA} \text{ afastados} / \text{AA} \text{ ativos}) * 100$	3,13	3,45

Fonte: Indicadores de Desempenho (2012)

* Valores referentes a dezembro de 2012.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro 99 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe.													
UG/Gestão: 130028						CNPJ: 00.396.895/0023-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	011/2011	02.081.574/0001-67	01/09/11	01/09/13	0	0	5	5	0	0	P
2011	L	O	009/2011	02.945.243/0001-28	01/07/11	01/07/13	5	5	0	0	0	0	P

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Fonte: Pesquisa (2012)

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 100 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe.													
UG/Gestão: 130028						CNPJ: 00.396.895/0023-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	016/2010	07.951.388/0001-55	23/11/10	23/11/12	0	0	6	6	0	0	E
2011	4	O	010/2011	02.030.016/0001-72	01/07/11	01/07/13	0	0	1	1	0	0	P
2010	8	O	017/2010	04.092.614/0001-00	22/11/10	22/11/12	1	1	0	0	0	0	E

LEGENDA
Área:
1. Segurança; 7. Telecomunicações;
2. Transportes; 8. Manutenção de bens móveis
3. Informática; 9. Manutenção de bens imóveis
4. Copeiragem; 10. Brigadistas
5. Recepção; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
6. Reprografia; 12. Outras
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Fonte: Pesquisa (2012)

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 101 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	4	3	2	23.256,00
1.1 Área Fim	3	3	2	1	-
1.2 Área Meio	1	1	1	1	-
2. Nível Médio	5	5	5	5	15.156,00
2.1 Área Fim	3	3	3	3	-
2.2 Área Meio	2	2	2	2	-
3. Total (1+2)	9	9	8	7	38.412,00

Fonte: Pesquisa (2012)

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 7

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Os veículos que servem a SFA/SE são adquiridos mediante a realização de pregão eletrônico e não há no horizonte, intenção de optar pela terceirização da frota ou serviço de transporte. A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a seguinte:

Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007.

Dispõe sobre aquisição, cessão, classificação e identificação de veículos.

Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994.

Orientar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, quanto aos procedimentos a serem adotados para classificação, identificação, aquisição, cadastramento, utilização, reaproveitamento, transferência, cessão, alienação e definição do quantitativo de veículos automotores de transporte rodoviário.

Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Os veículos são utilizados para conduzir os fiscais agropecuários e agentes de inspeção nas atividades de fiscalização da atividade agropecuária no estado de Sergipe. Em 31/12/2012 existiam na superintendência 20 veículos, sendo 16 distribuídos entre os serviços administrativos e as divisões de defesa agropecuária e de política agropecuária. Os quatro restantes estão em processo de doação e leilão.

Para a gestão de uso e controle dos dados da frota de veículos, a SFA/Se adota o Sistema de Controle de Veículos Automotivo (SCVA). O valor do seguro obrigatório referente ao ano de 2012 alcançou o valor de R\$ 2.076,16. A média anual de quilômetros rodados, a idade e os custos de manutenção da frota estão descritos no Relatório de Custo Operacional de Veículos, emitido via SCVA.

7.1.1 Relatório de Custo Operacional de Veículos (2012)



Ministério da Agricultura, Pecuária e
SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores – Versão
NUCL TRANSPORTE-SE
Relatório de custo operacional

Usuário: VALMIR CARDOSO

Data: 11/03/2013

Hora: 15.44

Página 1 de 2

Parâmetros para Emissão

Período: 01/01/2012 a 31/12/2012	Placa do veículo: TODOS	UF: SE	Marca: TODOS
Submarca: TODOS	Combustível do veículo: TODOS	Ano de fabricação: a	Situação do veículo: TODOS
Órgão SUPER FED AGRICULTURA EM SERGIPE	Setor: TODOS		
Grupo: TODOS	Subgrupo: TODOS	Ordenar por: Órgão / Setor	

Órgão / Setor	Subgrupo	Marca / Submarca	Ano Fab.	Placa	Tipo de Combustível	KM. Rodados	Litros de Comb.	Média Consumo (KM/L)	Valor Gasto(R\$)			
									Combustível	Itens Consumo	Reparo / Manutenção	TOTAL
1	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	FIAT / PALIO	2007	IAD1072	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	13.719	1208,938	11,32	3.282,64	440,33	2.610,04	6.333,01
2	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	FIAT / SIENA FIRE FLEX	2008	IAF3828	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	6.164	638,846	9,63	1.743,41	60,00	1.739,92	3.543,33
3	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	RENAULT / LOGAN	2010	NVI7938	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	14.845	1206,745	12,28	3.286,12	0,00	4.453,92	7.740,04
4	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2005	HZV7475	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	9.628	1116,314	8,61	3.052,50	455,33	5.269,84	8.777,67
5	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	RENAULT / LOGAN	2010	NVI7868	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	10.850	945,980	11,45	2.583,37	45,00	2.951,33	5.579,70
6	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	FORD / RANGER	2011	NQA7644	DIESEL	8.894	1067,179	8,33	2.283,45	79,10	2.184,89	4.547,44
7	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	NISSAN / FRONTIER X TERRA	2005	HZZ2655	DIESEL	8.304	798,395	10,40	1.714,29	169,50	2.344,16	4.227,95
8	SFA/SE/GM/NT R/SFA-SE	NISSAN / FRONTIER X TERRA	2005	HZZ3435	DIESEL	1.785	228,364	7,82	489,16	0,00	3.199,98	3.689,14
9	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	RENAULT / LOGAN	2009	HLT2702	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	23.662	2096,540	11,27	5.737,89	795,66	3.069,80	9.603,35
10	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2005	HZV7425	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	3.559	393,371	9,02	1.073,51	60,00	2.214,82	3.348,33
11	SFA/SE/GM/SA D/SFA-SE	FORD / RANGER	2011	NQA8054	DIESEL	2.833	396,193	7,14	849,02	79,10	754,00	1.682,12
12	SFA/SE/GM/DP DAG/SE	FORD / RANGER	2011	NQA7624	DIESEL	5.256	643,872	8,15	1.356,92	0,00	1.992,45	3.349,37
13	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	FIAT / PALIO	2007	IAD1082	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	3.868	442,142	8,72	1.210,43	0,00	2.112,31	3.322,74
14	SFA/SE/GM/SA D/SFA-SE	RENAULT / LOGAN	2009	HLT2701	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	6.944	698,229	9,93	1.909,70	45,00	1.623,88	3.578,58
15	SFA/SE/GM/DP DAG/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2004	HZY5964	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	1.102	156,562	7,03	427,26	0,00	2.623,33	3.050,59
16	SFA/SE/GM/NT R/SFA-SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2004	HZY5834	ALC/GAS / ALCOOL / GASOLINA	802	42,456	18,89	115,86	60,00	424,50	600,36

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 102 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Sergipe	12	12
	Aracaju	1	1
	Campo do Brito	1	1
	Frei Paulo	1	1
	Indiaroba	1	1
	Itabaiana	1	1
	Itabaianinha	1	1
	Japoatã	2	2
	Nossa Senhor das Dores	2	2
	Riachão do Dantas	1	1
	Riachuelo	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	----	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Sistema SpiuNet (2012)

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 103 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União

UG	RIP	Regim ^e	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130028	3105.00124.500-0	13	5	238.918,69	31/07/02	1.151.253,10	0,00	59.612,25
130028	3119.00002.500-7	5	4	54.230,53	24/08/00	384.784,90	0,00	0,00
130028	3145.00008.500-9	21	4	67.387,91	04/07/00	207.912,67	0,00	0,00
130028	3155.00004.500-4	11	4	541,89	22/08/00	55.808,89	0,00	0,00
130028	3157.00027.500-6	18	4	315.996,45	28/08/00	315.996,45	0,00	0,00
130028	3159.00006.500-8	18	4	713,50	03/07/00	713,50	0,00	0,00
130028	3167.00013.500-7	18	4	81.013,43	03/07/00	111.086,22	0,00	0,00
130028	3167.00014.500-2	18	4	1.705,02	03/07/00	9.660,52	0,00	0,00
130028	3191.00009.500-8	18	4	11.795,49	03/07/00	26.144,14	0,00	0,00
130028	3191.00010.500-3	18	4	75.357,54	22/08/00	178.309,19	0,00	0,00
130028	3215.00004.500-1	12	4	64.314,83	22/08/00	199.708,06	0,00	0,00
130028	3217.00004.500-8	18	4	110.838,87	22/06/00	145.138,47	0,00	0,00
Total							0,00	59.612,25

Fonte: SpiuNet (2012) e Pesquisa (2012)

Análise Crítica

Em 2000, após levantamento e análise da oportunidade verificou-se que não havia planejamento de utilização dos imóveis localizados no interior do estado, motivo pelo qual foram formalizados processos que culminaram na autorização ministerial para reversão dos “Próprios Nacionais” ao Patrimônio da União, detalhamento apresentado na tabela:

Quadro 104 - Bens Imóveis em Processo de Reversão

RIP	Autorização Ministerial	Nº Proc. da GRPU	Tramitação
3125.00006.500-3	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2007	04906.000809/2007-73	Reversão Finalizada em 2009
3191.00009.500-8	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2006	04906.001439/2007-91	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 11/11/2008
3217.00004.500-8	Em 24/07/2008 - Publicada DOU 25/7/2008	04906.000563/2008-11	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 09/12/2008
3157.00027.500-6	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2006	04906.000811/2007-42	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 28/10/2008
3145.00008.500-9	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2006	04906.000812/2007-97	Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Sergipe - 11/12/2007
3215.00004.500-1	Em 20/08/2007 - Publicada DOU 21/8/2007	04906.002044/2007-14	Departamento de Incorporação de Imóveis - 06/06/2008
3155.00004.500-4	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2006	04906.001440/2007-16	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 29/06/2007
3119.00002.500-7	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2007	04906.000810/2007-06	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 14/10/2008
3167.00014.500-2	Em 28/09/2006 - Publicada DOU 29/9/2006	04906.000808/2007-29	Divisão de Gestão Patrimonial - DIGEP/SE/GRPU/SPU - 07/05/2007
3191.00010.500-3	Reversão autorizada em 27/05/1998 (DOU 29/05/98) – processo na GRPU		
3167.00013.500-7	Reversão autorizada em 30/04/1984 – processo na GRPU		
3159.00006.500-8	Reversão autorizada em 05/11/1981 – processo na GRPU		

Com referencia à reavaliação dos imóveis, a SFA/SE tem mantido contato com Engenheiro do Quadro do MAPA para atualização dos valores e o devido lançamento no sistema. O valor de R\$ **59.612,25** gasto com manutenção em 2012 refere-se a despesas com manutenção dos elevadores e instalação de divisórias, vidros e pintura.

Quanto à ocupação de parte do prédio sede da SFA/SE, após formalização do Termo de Conciliação Parcial nº 010/2012/CCAF/CGU/AGU-HLC, o DNOCS vem cumprindo o acordado, realizando o ressarcimento das despesas e providenciando a desocupação da área ocupada.

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 8

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 105 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não (x)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

- **Considerações Gerais:**

As respostas ao item foram elaboradas pelo chefe do setor de compras e chefe da seção de atividades gerais baseadas nas diretrizes da Instrução Normativa nº1, de 19/01/2010.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006 que institui a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da administração pública e sua destinação às associações e cooperativas de catadores, a SFA/SE assinou, em julho de 2007, Termo de Cooperação Técnica para destinação do material reciclável à Cooperativa doa Agentes Autônomos de Aracaju (CARE).

Quadro 106 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Coleta Seletiva Solidária	2007			Em 2012, foram coletados 2852 quilos de papel, 594 quilos de plástico e 351 quilos de lata.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	266	371	-	2.792,80	4.270,29	-
Água	1.507	3.421	2.905	34.875,95	73.309,72	59.790,36
Energia Elétrica	174.676	175.420	209.081	80.119,78	61.963,89	59.458,35
			Total	117.788,53	139.543,90	119.275,71

Fonte: Pesquisa (2012)

RELATÓRIO DE GESTÃO – PARTE 9

9.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

9.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 107 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203375	1.1.1.2.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Nos Relatórios de Gestão da SFA/SE, prestar todas as informações determinadas pelo Tribunal de Contas da União nos normativos que regem a Tomada de Contas no âmbito do Serviço Público Federal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do superintendente			-
Síntese da Providência Adotada			
Ainda durante a realização da Auditoria, a SFA/SE corrigiu e reenviou os quadros identificados como não consignados no Relatório de Gestão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
No que pese a recomendação da Equipe de Auditoria, a SFA/SE sempre procurou prestar todas as informações solicitadas/determinadas, inclusive os quadros identificados como não incluídos no Relatório de Gestão foram entregues ainda no período de realização da auditoria.			

Quadro 108 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203375	2.2.2.1.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor refazer tanto o cálculo do Índice de Produtividade na Concessão de Aposentadoria quanto o do Índice de Atendimento às Solicitações de Aposentadoria em 30 dias, considerando as informações prestadas por meio do Ofício GAB/SFA/SE nº 000564/2012 de 25/04/2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Gestão de Pessoas			-
Síntese da Providência Adotada			
Revisão da planilha dos indicadores e adequação da fórmula para, quando o numerador for “0”, o resultado também seja “0” e não 100% conforme apresentado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação não altera o resultado obtido pela unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O resultado do indicador: Índice de Atendimento às Solicitações de Aposentadoria em 30 dias gerou divergência uma vez que no período da análise não houve solicitação para aposentadoria, e conseqüentemente não houve condição para atendimento.			

Quadro 109 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203375	2.2.3.1.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Realize, ao final de cada exercício, o inventário de bens imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais/Setor de Material e Patrimônio			-
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração do Inventário Anual			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Inventário elaborado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Quadro 110 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203375	2.2.4.2.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos atuar junto ao Engenheiro responsável pela reforma do 3º andar do prédio sede da SFA/SE, no sentido de elaborar o projeto básico contendo as plantas arquitetônicas e especificações, com vistas à aferição da qualidade dos serviços prestados e dos quantitativos de materiais utilizados na reforma, e apure se os valores e quantidades executados são compatíveis. Caso haja divergência, que seja instaurado procedimento administrativo visando a apuração de prejuízos e responsabilidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
Foi elaborado projeto básico, contendo as plantas arquitetônicas para reforma de todo o prédio da SFA/SE, o 3º andar como parte integrante da reforma, foram feitas cópias e encartadas no processo em análise.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A compatibilização das quantidades executadas foi objeto de verificação no decorrer de todo o procedimento por parte da comissão de fiscalização e acompanhamento da obra, sendo atestado que não houve superposição de serviço/pagamento.			

Quadro 111 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203375	2.2.4.3.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à equipe técnica da gestão da SFA/SE compatibilizar os quantitativos da planilha orçamentária com o projeto e especificações da reforma do prédio sede e apresentar estudo que comprove a vantagem econômica de assentar porcelanato em quase a totalidade da área de pavimento interno em detrimento de outros materiais mais simples, porém de boa qualidade. Caso não se comprove a vantagem econômica pela decisão tomada sem respaldo no projeto aprovado, apurar responsabilidade pelo impacto financeiro causado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
-			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Quadro 112 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203375	2.2.4.4.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor: <ul style="list-style-type: none"> • apurar os fatos e providenciar o ressarcimento ao Erário da quantia contratada e paga a maior considerando como base o menor lance apresentado pela empresa de CNPJ nº 34.324.913/0001-86 • observar o princípio da escolha mais vantajosa para a Administração Pública, principalmente, no momento da escolha dos lances apresentados pelos licitantes e classificar aquela mais econômica e que atenda aos requisitos do 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação não foi acatada uma vez que conforme ficou evidenciado a contratação se deu em favor da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa considerando as condições estabelecidas no Edital.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Continuidade do contrato de vigilância patrimonial-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ainda no decorrer da realização da auditoria foram prestadas todas as informações demonstrando que a unidade atendeu o princípio da Escolha mais Vantajosa para a Administração Pública foi considerado uma vez que a empresa contratada foi a que apresentou o menor preço para o conjunto de itens/lote.			

Quadro 113 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203375	2.2.4.5.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor elaborar estudo, demonstrando a vantagem de locação dos equipamentos de reprografia, em detrimento de sua aquisição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
O contrato foi rescindido e elaborado estudo demonstrando vantagem da locação em detrimento da aquisição para novo procedimento instaurado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Quadro 114 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203375	2.2.4.6.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor atender às orientações da Consultoria da AGU a quem compete o controle da legalidade dos atos administrativos. Caso haja discordância, apresentar formalmente as justificativas pertinentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação aos servidores da área de licitação e contratos, maior rigor e transparência na instrução dos processos de licitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dos processos analisados e citados nesta recomendação, foram apresentadas justificativas pertinentes para o atendimento das orientações da Consultoria Jurídica, contudo estas não foram acatadas pela Equipe de auditoria.			

Quadro 115 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203375	2.2.4.7.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor apresentar estudo comparativo de preços com outros órgãos e entes da Administração Pública, com vistas a garantir que os preços oferecidos pela fornecedora são compatíveis com os praticados pelo mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais			-
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação aos servidores da área de licitação e contratos, maior rigor e transparência na instrução dos processos de licitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Juntada nos processos do estudo comparativo dos preços praticados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os processos estão em conformidade, seguindo as recomendações da CJU/SE.			

9.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 116 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203375	2.2.2.2.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Dentro da estrutura da UJ, adotar medidas para segregar as funções de execução, controle, fiscalização e autorização, de modo a evitar o acúmulo de responsabilidade por um servidor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Superintendente/Serviço de Apoio Administrativo			-
Justificativa para o não cumprimento			
<p>Estão sendo desenvolvidas ações para implementação da recomendação apresentada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das atividades desenvolvidas pelas unidades • Identificação das funções inerentes de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações; Identificação dos atores responsáveis por cada operação – competências e responsabilidades; • Identificação e mapeamento dos riscos; <p>Apresentação do relatório e definição das tarefas de forma que nenhum servidor participe ou controle todas as fases da despesa. As duas primeiras foram concluídas, restando as demais para análise e apresentação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Força de trabalho reduzida, estando o mesmo servidor responsável por várias atividades,			

Quadro 117 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203375	2.2.3.2.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Providenciar cadastro de servidor, com senha de execução do SPIUnet, para atualizações dos dados cadastrais dos imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da Unidade.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais/Setor de Material e Patrimônio			-
Justificativa para o não cumprimento			
O servidor já está cadastrado, porém não foi possível ser treinado para o devido uso/atualização dos dados no sistema.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade de agendamento de reunião com a Superintendência do Patrimônio da União para encaminhamento deste assunto e verificação do andamento dos processos de reversão dos imóveis sob a responsabilidade da SFA/SE.			

Quadro 118 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203375	2.2.3.3.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Providenciar a avaliação do imóvel de uso especial no qual funciona a sede da UJ.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo/Seção de Atividades Gerais/Setor de Material e Patrimônio			-
Justificativa para o não cumprimento			
Ausência no quadro da SFA/SE de profissional qualificado para avaliação do imóvel, engenheiro indicado pelo órgão central somente poderá vir em 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Impossibilidade de deslocamento do profissional do MAPA .			

Quadro 119 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203375	2.2.4.1.	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			002817
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor atuar junto ao Engenheiro responsável pela fiscalização da reforma do prédio sede da SFA/SE, no sentido de apresentar as ART's de orçamento e fiscalização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo – Seção de Atividades Gerais			-
Justificativa para o não cumprimento			
Já foram mantidos contatos com o CREA para emissão das ART's			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade de apresentação dos documentos necessários/exigidos pelo CREA para apresentação e posterior emissão das ART's.			

9.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 120 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	8	5	9
	Entregaram a DBR	8	5	9
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Pesquisa (2012)

Análise Crítica

Seguindo as disposições da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, os servidores da SFA/SE foram orientados a autorizar o acesso por meio eletrônico dos dados da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física. Os servidores assinaram o documento, seguindo o modelo apresentado na portaria do MP/CGU.

No caso da exoneração de cargo, a SFA/SE não exigiu, durante o último período a entrega da declaração, porém consideramos suficiente a autorização formal citada anteriormente. Devido ao número reduzido de servidores, o controle de entrega das declarações é feito de forma manual.

A Seção de Gestão de Pessoas não efetua quaisquer análises referentes às informações constantes nas declarações dos servidores da SFA/SE. As autorizações de acesso e as declarações de bens e rendas são compiladas de modo a formar um processo único que posteriormente é arquivado.

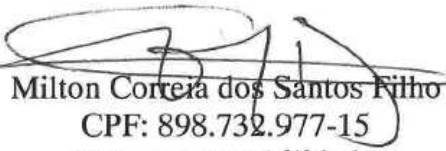
9.3 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 121 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Milton Correia dos Santos Filho, CPF nº 898.732.977-15, técnico em contabilidade da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju, 11 de março de 2013.


Milton Correia dos Santos Filho
CPF: 898.732.977-15
Tec. em contabilidade

RELATORIO DE GESTÃO – PARTE 10

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Quanto a este item, a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais (CGLSG) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentou o Termo de Referência referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado.

O principal motivo da contratação foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhará a implantação no decorrer do exercício de 2013. Sendo assim esclarecemos que esclarecemos a UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 122 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO / SE		130028	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 951 FALTA / RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO